

Países	Suécia		No- ruega	Dinamarca		Holanda		Finlândia	
	51 artigos 30 cidades	Custo de vida c)	Alimentos 30 cidades	Alimentos	Custo de vida	29 artigos 6 cidades	Custo de vida Haia c)	Alimentos	Custo de vida
Período básico	Julho de 1914	Maior de 1914	Julho de 1914	Julho de 1914	Julho de 1914	1893	Dezem- bro 1920	Julho de 1914	Julho de 1914
1910 —			e)			113			
1913 —						114			
1914 — Janeiro . . .						b) 116			
— Julho	100		100	100	100			100	100
1915 — Janeiro . . .	c) 113					128			
— Julho	c) 124			128	116	148			
1916 — Janeiro . . .	c) 130		143			153			
— Julho	c) 142		160	146	136	170			
1917 — Janeiro . . .	169	a) 139				186			
— Julho	177		261	166	155	212			
1918 — Janeiro . . .	221	192							
— Julho	268	219	279	187	182	b) 228			
1919 — Janeiro . . .	339	267	279	186	190				
— Julho	310	257	289	212	211	b) 239			
1920 — Janeiro . . .	298	259	295	251	242	258	100.2	898.2	819.4
— Julho	297	270	319	253	262	275	101.8	981.8	911.0
1921 — Janeiro . . .	283	271	334	276	264	236	95.3	1173.9	1065.4
— Julho	232	236	292	236	237	192	94.8	1277.8	1139.0
1922 — Janeiro . . .	190	216	257	197	212	187	91.3	1123.2	1055.1
— Julho	179	190	233	184	199	177	82.4	1105.4	1118.4
1923 — Janeiro . . .	166	183	214	180	198	167	79.8	1079.5	1132.8
— Abril	163	177	212			168		1012.1	1095.6
— Maio	161		214			166		979.9	1074.8
— Junho	161		213			164		968.4	1087.4
— Julho	160	174	218	188	204	164		968.2	1090.1
— Agosto	161		220			162		1051.5	1141.4
— Setembro	165		218						
— Outubro									

a) Cifra do mês precedente; b) média por ano; c) número-índice publicado trimestralmente; e) número-índice referido ao começo do mês.

Examinando estes índices verifica-se que a alta apresenta-se nos países setentrionais da Europa sob diversos aspectos. Assim, na Suécia a alta foi de 132 pontos desde o mínimo de 139 em Janeiro de 1917 até ao máximo de 271 em Janeiro de 1921; na Noruega a alta foi de 191 pontos desde o mínimo de 143 pontos em Janeiro de 1916 até ao máximo de 334 pontos em Janeiro de 1921; na Dinamarca a alta é de 148 pontos desde o mínimo de 116 pontos em Junho de 1915 até ao máximo de 264 em Janeiro de 1921; na Holanda acentua-se uma baixa de 20,4 pontos desde o

máximo de 100,2 em Janeiro de 1920 até ao mínimo de 79,8 em Janeiro de 1923 e na Finlândia a alta é de 222 pontos desde o mínimo de 819,4 em Janeiro de 1920 até ao máximo de 1.141,4 em Agosto de 1923, mas na base 1.000.

Segundo referia recentemente *La Gazette de Travail*, não obstante estes números tudo indica uma próxima baixa geral de preços naqueles países em que a depreciação da moeda não se faz sentir bastante. Estão neste caso a Suécia, a Noruega e a Holanda. Ao contrário, na Dinamarca tudo faz prever uma próxima alta.

Na Finlândia, segundo estatísticas dos preços a retalho e dos coeficientes do custo da vida, a alta manifestou-se sobretudo, a partir de Agosto último, nos géneros alimentícios, nos combustíveis e tabaco. Apenas no vestuário se registou uma baixa de 2 pontos.

Não deixa de ser interessante a situação na Tcheco-Slováquia, na Bulgária e Suíça:

Países	Tcheco-Slováquia	Bulgária	Suíça	
	Alimentos Combustível Luz	Alimentos Combustível Diversos	Alimentos Repartição Federal do Trabalho	Alimentos Aquecimentos Luz Armazenagem Cooperativas
Descrição do número-índice				
Período básico	Julho 1914	1901-1910	Junho 1914	Junho 1914
1910 —				
1913 —				
1914 — Janeiro				
— Julho	100	b) 139.2	a) 100	a) 100
1915 — Janeiro				a) 107
— Julho				a) 119
1916 — Janeiro				a) 126
— Julho		b) 250.2		a) 140
1917 — Janeiro				a) 149
— Julho		b) 453.5		a) 180
1918 — Janeiro				a) 197
— Julho		b) 863.5		a) 229
1919 — Janeiro				a) 252
— Julho		b) 1866.3		238
1920 — Janeiro				244
— Julho		b) 2334.2		246
1921 — Janeiro	1830		226	243
— Julho	1303	b) 2491.4	203	214
1922 — Janeiro	1467	3191.8	185	189
— Julho	1430	3437.1	157	158
1923 — Janeiro	941	3678.7	154	161
— Abril	927	3816.1	157	161
— Maio	928	3617.5	159	164
— Junho	933	3523.3	163	166
— Julho	921		163	168
— Agosto	892		161	167
— Setembro			161	167
— Outubro				168

a) Cifra do mês precedente; b) média anual.

Verifica-se mais, por estes números-índices, que a baixa na Tcheco-Slováquia foi de 938 pontos desde o máximo de 1.830 em Janeiro de 1921 até ao mínimo de 892 em Agosto de 1923; na Bulgária a alta é de 3.676,9 pontos desde o mínimo de 139,2 pontos em Julho de 1914 ao máximo de 3.816,1 em Abril de 1923; na Suíça a alta é de 145 pontos desde ao mínimo de 107 em Janeiro de 1905 ao máximo de 252 em Janeiro de 1919.

A situação tcheco-slovaca explica-se perfeitamente atendendo à política de abastecimento seguida ultimamente naquele país e à situação progressiva da sua vida económica; já assim não sucede com a Bulgária que, como todos sabemos, bem duramente veio a sofrer os embates da guerra.

Faremos ainda mais longa referência à situação económica e industrial da República Helvética, especialmente dos seus cantões franceses, possuidores — não devemos ignorá-lo — de uma moeda que com o dólar americano tem hoje uma situação de relêvo na riqueza monetária do universo.

¿Qual a situação dos países vencidos? Examinê-mo-la:

Países	Alemanha		Áustria		Polónia	
	Alimentos	Custo de vida	Alimentos Viena	Custo de vida	Alimentos	Custo de vida
Descrição do número-índice						
Período básico	1913	1914	Julho 1911	Julho 1911	1914	1914
1910 —						
1913 —						
1914 — Janeiro . .						
— Julho			1	1	b) 100	
1915 — Janeiro . .						
— Julho						
1916 — Janeiro . .						
— Julho						
1917 — Janeiro . .						
— Julho						
1918 — Janeiro . .						
— Julho						
1919 — Janeiro . .						
— Julho						
1920 — Janeiro . .						
— Julho	12.7	10.7				
1921 — Janeiro . .	14.2	11.8			25.140	14084
— Julho	14.9	12.5			45.655	25709
1922 — Janeiro . .	24.6	20.4	748	664	735.98	46883
— Julho	68.4	53.9	3282	2645	129.811	78798
1923 — Janeiro . .	1366.	1120.3	10717	9454	493.132	352695
— Abril	3500.	2954.	12935	10897	1247.800	835100
— Maio	4620.	3816.	13910	11440	1378.881	946657
— Junho	9347.	7650.	14132	11513	1636.650	1277967
— Julho	46510.	37651.	12911	10903	2419.723	2093646
— Agosto	670485.	586045.	12335	10496		4395600
— Setembro			12509	10841		
— Outubro			12636	11027		

b) Média por ano.

Do presente mapa vê-se que a alta apresenta-se mais acentuadamente nos países vencidos. Assim, na Áustria ela foi de 10.869 pontos desde o mínimo de 644 em Janeiro de 1922 até o máximo de 11.513 em Junho do mesmo ano. (Note-se que estes índices tem como base 1914 = 1). Na República alemã a situação não é melhor. A alta até Agosto de 1923 atingia 5.860.343 pontos desde o mínimo de 10-7 em Junho de 1920 até ao máximo de 5.860.450 em Agosto de 1923. (Deve notar-se que também aqui a base é 1913-1914 = 1 e que nos últimos meses de Setembro a Dezembro último a alta deve ter sido muito maior com a queda do marco). Na Polónia a alta atinge 4.381.516 pontos desde o mínimo de 14.084 pontos em Janeiro de 1921 até ao máximo de 4.395.600 em Outubro de 1923. Base: Julho de 1914 = 100.

Para se compreender a alta austríaca é mister compulsar a *Statistische Nachrichten* que demonstra bem a maneira vertiginosa como sobem os diversos géneros alimentícios — em especial o arroz e a batata — e também outros artigos como o carvão, o coque, a lenha, o algodão e sobretudo os metais — o estanho, o zinco e o antimónio.

Pelos números-índices do custo da vida que acima apresentamos, compilados pela *Paritatische Kommission*, adivinha-se uma alta progressiva nos diversos coeficientes considerados na formação desses índices; de facto, no capítulo — habitação — registou-se ultimamente em Viena uma alta brusca — de 38 para 100 %! — De sorte que a alta em relação à 1914 é de 714 %. Por outro lado os preços dos artigos de vestuário subiram sensivelmente de 5 para 95 a 100 %.

Na Alemanha o número-índice oficial do custo da vida (alimentação, habitação, combustível, iluminação e vestuário) compilado pela Repartição Federal da Estatística saltou logo de Maio = 38.160 para Junho = 76500 e assim sucessivamente. — A irregularidade e a imprecisão destes dados estatísticos não permitem avaliar bem as causas que lhe deram origem mas examinando as estatísticas oficiais dos preços a retalho parece verificar-se que o coeficiente que mais influiu na alta foi o de alimentação, seguindo-se-lhe o de vestuário e aquecimento. A partir de Abril de 1923 o índice do custo da vida, em vista das suas incessantes mutações, é calculado hebdomadariamente.

É bem diferente a situação na Inglaterra e seus domínios:

Países	Grã-Bretanha		Canadá		Índia		Austrália	África do Sul	Nova Zelândia
	Alimentos	Custo de vida	20 alimentos 60 cidades		Alimentos em Bombaim	Custo de vida em Bombaim	46 alimentos 30 cidades	18 alimentos 9 cidades	30 alimentos 25 cidades
Descrição do número-índice	Alimentos	Custo de vida			Alimentos em Bombaim	Custo de vida em Bombaim	46 alimentos 30 cidades	18 alimentos 9 cidades	30 alimentos 25 cidades
Período básico	Julho de 1914	Julho de 1914	(K)	Julho de 1914	Julho de 1914	Julho de 1914	1911 1000	1910 1000	1909-13
1910 —	e) 96		d) \$6.95	d) 94			f)	1000	g) 991
1913 —	102		7.73	99				1163	h) 1037
1914 — Janeiro . . .			7.34	105				b) 1148	
— Julho	100	100	7.42	100	100	100	1106		1077
1915 — Janeiro . . .	118	113	7.97	107			1099	b) 1228	1170
— Julho	132	125	7.74	104			1164		1200
1916 — Janeiro . . .	145	135	8.28	112			1240	b) 1275	1236
— Julho	161	148	8.46	114			1522		1276
1917 — Janeiro . . .	187	165	10.27	138			1504	b) 1418	1359
— Julho	204	180	11.62	157			1516		1357
1918 — Janeiro . . .	206	188	12.42	167			1453	b) 1437	1426
— Julho	210	203	13.00	175			1470		1491
1919 — Janeiro . . .	230	220	13.78	186			1505	b) 1559	1553
— Julho	209	208	13.77	186	187	186	1523		1539
1920 — Janeiro . . .	236	225	15.30	206		183	1627	b) 2049	1688
— Julho	258	252	16.84	227	188	190	1714		1791
1921 — Janeiro . . .	278	265	14.48	195	163	169	1862	c) 1904	1906
— Julho	220	219	10.96	148	174	177	2260	c) 1556	1752
1922 — Janeiro . . .	185	192	11.03	149	169	178	2167		1574
— Julho	180	184	10.27	138	160	165	1876		1537
1923 — Janeiro . . .	175	178	10.52	142	151	156	1651		1483
— Abril	168	174	10.64	143	150	155	1725		1516
— Maio	162	170	10.36	140	148	153	a) 1695	1355	1525
— Junho	160	169	10.23	138	146	151	a) 1684	1352	1521
— Julho	162	169	10.17	137	148	153	1814	1330	1520
— Agosto	165	171	10.53	142	149	154	1883	1321	1525
— Setembro	168	173	10.46	141					
— Outubro	172	175	10.65	143					

a) Cifra do mês precedente; b) média por ano; c) número-índice publicado trimestralmente; d) a 15 de cada mês até fim de 1920 em seguida ao começo do mês; e) ao começo do mês; f) média básica de 6 cidades principais; g) a 15 do mês; h) 4 cidades principais; k) Orçamento do custo da vida.

A situação, em relação à Gran-Bretanha e seus domínios, apresenta um curioso aspecto. As variações de custo de vida inglesa traduzem-se por uma alta de 152 pontos — desde o mínimo de 113 pontos em Janeiro de 1915 até ao máximo de 265 em Janeiro de 1924. A partir dessa data tem-se acentuado a baixa expressa em 90 pontos até Outubro deste ano. No Canadá a alta atinge 123 pontos desde o mínimo de 105 em Janeiro de 1914 ao máximo

de 227 em Junho de 1920. Desde então vai-se acentuando a baixa que chega a ser de 84 pontos em relação a Outubro de 1923.

Na Índia a baixa é de 39 pontos desde o máximo de 190 em Junho de 1920 até o mínimo de 151 em Junho de 1923. Na Austrália a alta é de 1154 pontos desde o mínimo de 1.106 em 1903 (base 1911 = 1000) ao máximo de 2.260 em Junho de 1920. Posteriormente acentua-se uma baixa de 456 pontos em relação a Maio de 1923. Na África do Sul a alta é de 901 pontos (base 1910 = 1.000) desde o mínimo de 1.148 em Janeiro de 1914 ao máximo 2.049 em Janeiro de 1920.

Na Nova-Zelândia a alta exprime-se por 836 pontos desde o mínimo de 1.070 em Julho de 1914 ao máximo de 1906 em Janeiro de 1921.

Numerosos factos explicam suficientemente este estado de cousas.

Participam a Inglaterra e simultaneamente os seus domínios da vantagem de não possuir moeda própria em desvalorização. É certo que a profunda crise que afectou ultimamente a indústria dos lacticínios influíu na alta do leite, da manteiga e do queijo a que se veio juntar a alta dos ovos. Mas em compensação há uma enorme tendência para a baixa na batata, nas carnes em conserva, nas farinhas. Eram os seguintes os coeficientes do custo de vida inglesa em Novembro de 1923: alimentação 193; habitação, 147, vestuário 220 e combustível e luz 180. Em todos estes coeficientes, registou-se logo em Dezembro uma baixa de 5 pontos.

Compulsando as Estatísticas do Canadá verifica-se que a baixa é realizada sobretudo por 4 grupos de artigos, uma forte diminuição no grupo dos vegetais devido à baixa do grão, da farinha e dos legumes. Uma diminuição também notável no grupo do ferro e outros metais não ferruginosos e certos produtos químicos, especialmente em vista da baixa do cobre, do estanho e do zinco. Baixa sensível no grupo dos produtos agrícolas e no dos tecidos.

É quasi normal a situação na Índia. Segundo os índices oficiais, esboçou-se ultimamente uma ligeira alta no preço do arroz (base da alimentação hindú) mas foi logo contrabalançada por uma sensível baixa do açúcar refinado. Os índices do vestuário também acusam uma certa alta, mas ela é compensada pela baixa dos índices do combustível e do da luz.

Na África do Sul registou-se em fins de 1923 uma baixa sensível nos seguintes artigos: grão, materiais de construção, produtos químicos, combustível e luz, e a alta manifestou-se nos metais, juta, couro, lacticínios e carnes de conserva.

País	Estados- Unidos da América			
	Alimentos Repartição da Estatística do Trabalho	Custo de vida Repartição de Estatística do Trabalho	Custo de vida Nat. Ind. Conf. Bd.	Custo de vida Mass.
Descrição do número-índice	1913	1913	Julho	1913
Período básico	1913	1913	Julho	1913
1910 —	<i>g)</i> 93	<i>i)</i>		
1913 —	100	100		100
1914 — Janeiro	104			101.8
— Julho	102		100	102.1
1915 — Janeiro	103	<i>a)</i> 103.0		102.9
— Julho	100			101.7
1916 — Janeiro	107	<i>a)</i> 105.1	100.5	105.1
— Julho	111			109.9
1917 — Janeiro	128	<i>a)</i> 118.3	108.7	119.6
— Julho	146			129.3
1918 — Janeiro	160	<i>a)</i> 142.4	131.3	144.6
— Julho	167			155.1
1919 — Janeiro	185	<i>a)</i> 174.4	<i>a)</i> 152.2	167.5
— Julho	190			171.5
1920 — Janeiro	201	<i>a)</i> 199.3	172.2	192.0
— Julho	219	<i>a)</i> 216.5	190	202.6
1921 — Janeiro	172	<i>a)</i> 200.4	205	179.6
— Julho	148		181	160.8
1922 — Janeiro	142	<i>a)</i> 174.3	163	157.3
— Julho	142	<i>a)</i> 166.6	161	156.2
1923 — Janeiro	144	<i>a)</i> 169.5	155.6	157.1
— Abril	143		158	158.5
— Maio	143		159.1	159.1
— Junho	144	169.7	160.3	158.9
— Julho	147		160.1	159.1
— Agosto	146		161.9	159.5
— Setembro	147	172.1	161.6	160.3
— Outubro	150			161.6

a) Cifra do mês precedente; *g)* a 15 do mês;
i) média anual.

Estados - Unidos					Japão		China
Fed. Reserve Board	Bradstreet	Dun	Gibson	Annalist	Banco do Japão	U. S. Fed. Reserve Board	Repatrição dos Mercados de Shanghai
104	106	200	22 foods	25 foods	56	62	
1918				1890 1899	Outub.º 1899	1913	Fevereiro 1913
<i>j)</i>	<i>g)</i>	<i>g)</i>		<i>e)</i>	<i>g)</i>		
	7.8839	93.355	44.2	99.388			
	8.0987	99.315	47.3	110.652			
	8.9881	121.301	59.3	137.172			
100	9.2076	118.576	58.1	139.980	<i>b)</i> 132.2	100	
	8.8857	124.526	58.2	142.452			
	8.6566	119.708	58.9	144.879	<i>b)</i> 126.3		
	9.1431	124.168	64.7	150.95			
	9.8698	124.958	64.4	147.29	<i>b)</i> 127.8		
	10.9163	137.666	65.6	153.68			
	11.5294	145.142	77.9	170.11	<i>b)</i> 154.9		
	13.7277	169.562	87.4	213.410			
	16.0680	211.950	116.4	267.114	<i>b)</i> 196.4		
	17.9436	222.175	118.9	278.696			
	19.1624	232.575	123.3	285.474	<i>b)</i> 259.0		
201	18.5348	230.146	119.7	299.142	283.2		
216	18.8964	233.707	127.9	307.763	326.8		<i>b)</i> 132.7
248	20.3638	247.390	130.4	294.935	398.0		
254	19.3528	260.414	141.9	307.680	316.6		<i>b)</i> 140.0
168	12.6631	198.600	81.9	199.867	265.8	176	
145	10.7284	159.833	71.6	167.719	259.8	178	144.9
142	11.3725	164.444	64.3	164.311	272.5	191	148.5
165	12.1069	173.743	72.9	193.672	266.0	192	143.9
165	13.6665	192.944	75.6	181.030	243.7	176	152.7
170	13.9304	193.087	77.6	184.898	259.0	185	157.7
167	13.7011	185.637	72.0	184.463	263.0	187	158.4
164	13.3841	191.414	72.1	172.435	261.2	186	155.2
159	13.0895	188.711	72.5	170.954	254.5	182	155.4
159	12.8201	186.675	73.1	171.420			153.1
163	12.9143	187.981	74.9	177.924			156.8
	13.0974	190.827	75.4	179.485			

odos foram convertidos com a base 1913 = 100; para 1920 e 1921 as quotas

Quadro compar

País	Espanha		França		Alemanha		Itália		Bélgica	Holanda	Suécia	
	Organismo que apresentou o índice	Direcção geral da Estatística	Estatística geral	U. S. Fed. Board	Repartição Federal da Estatística	Frankfurter Zeitung	Bachi	Câmara de Comércio de Milão	Ministério de Ind. e do Trabalho	Repartição Central de Estatística	Goteborgs Handels Tidning	Ministério
Número de artigos	74	45	70	38	98	100	125	130	48	47	1	
Período básico	1913	1901-1910	1913	1913	1914	1913	1913	Abril de 1914	1913	1-6-913 30-6-914	1	
1900 —		<i>h)</i>		<i>j)</i> 88	<i>g)</i>	<i>j)</i>				<i>c)</i>		
1905 —		98.3		87								
1910 —		108.1		91								
1913 —	100	115.6	100	100			100	100		100		
1914 — Janeiro.		<i>a)</i> 115.4			<i>b)</i> 100		102					
— Julho.	<i>b)</i> 101	<i>a)</i> 116.8		<i>b)</i> 106			93			<i>b)</i> 109		
1915 — Janeiro.		<i>a)</i> 143.9		<i>b)</i> 142			105					
— Julho.	<i>b)</i> 119	<i>a)</i> 163.7		<i>b)</i> 153			131			<i>b)</i> 146	<i>b)</i> 145	
1916 — Janeiro.		<i>a)</i> 206.7		<i>b)</i> 179			184					
— Julho.	<i>b)</i> 141	<i>a)</i> 215.5		<i>b)</i> 217			193			<i>b)</i> 226	<i>b)</i> 185	
1917 — Janeiro.		<i>a)</i> 258.2					230					
— Julho.	<i>b)</i> 166	309.8		<i>b)</i> 179			304			<i>b)</i> 276	<i>b)</i> 244	
1918 — Janeiro.		361.6		<i>b)</i> 217			363					
— Julho.	<i>b)</i> 207	389.9					429			<i>b)</i> 373	<i>b)</i> 339	
1919 — Janeiro.		401.8		262			326				369	
— Julho.	<i>b)</i> 204	403.0		339			362			<i>b)</i> 304	320	
1920 — Janeiro.		562.7	417	1256	1965		507				319	
— Julho.	<i>b)</i> 221	572.9	485	1366			604			292	364	
1921 — Janeiro.	219	470.0	387	1439	2130		642				267	
— Julho.	186	381.6	312	1428			520	466.06	<i>d)</i> 347	182	211	
1922 — Janeiro.	180	362.7	286	3665	4217		577	549.94	366	163	170	
— Julho.	174	375.8	307	10059	9102		558	524.54	360	164	165	
1923 — Janeiro.	170	447.3	324	278476	205417		575	523.52	434	157	156	
— Abril.	174	479.4	364	521160	642500		588	549.68	480	156	159	
— Maio.	171	469.9	363	817000	823700		580	542.82	474	149	158	
— Junho.	170	472.3	372	1938500	1463900		568	539.24	484	149	160	
— Julho.		470.1	369	7478700	3989800		566	538.65	504	142	157	
— Agosto.		477.5	369	94404100	28624800		567	527.01	529		160	
— Setembro.	174	489.7	372		306335800			530.80			155	
— Outubro.		486.1										

a) Trimestre acabando no mês especificado; *b)* média do ano; *c)* cifra do mês precedente; *d)* mês seguinte; *e)* meta são reduzidas e a partir de Janeiro de 1922, 100 quotas.

PREÇOS POR ATACADO

ativo dos números-índices dos diversos

Índice do Comércio	Noruega	Dinamarca	Finlândia		Suíça	Grã-Bretanha					Canadá					
	O Konomisk Revue	Finanstidende	Banco de Finlândia		Dr. Lorenz	Board of Trade	Economist	Statist	Times	U. S. Fed. Reserv. Board	Ministère du Travail	Bureau de la Statistique du Dominion	Mitchel	Bank of Commerce		U. S. Fed. Res. Board
			Impor- tações	Expor- tações										24 exports	24 imports	
60	93	33			71	150	44	45	60	65 70	271 b)	238	40			70
1913	1913	1-1-912 30-6-914	8 meses de 1913		Julho 1914	1913	1901- -05	1867- -77	1913	1913	1890- -99	1913	1900 1909	1909 1913	1909 1913	1913
100	100	g)	100	100	100	100	j)	h)	h)	h)			h)			100
	c) 115	134					110.5	75			108.2					
	c) 159	149					103.3	72			113.8					
	c) 233	206					113.3	78			124.2			97.02	100.38	
	341	284					122.3	85	100	100	135.5	100		102.77	107.81	
	339	292					119.0	83.5			136.5			103.96	99.05	
	c) 314						116.6	82.4			134.6			105.86	97.18	
347	333	340			326	296.6	136.5	96.4			138.9			109.90	101.29	
374	409	383					149.1	106.4			150.2			115.41	114.77	
274	344	341	1475	1626			174.5	123.6			172.1			123.75	128.07	
215	300	253	1311	1285			191.1	130.5			180.9			131.52	141.26	
181	260	178	1083	1364			225.1	159.3			212.7			162.40	166.07	
173	232	180	1124	1215			254.4	176.9			248.7			187.26	210.52	
163	220	181	940	1294			262.9	186.2			258.1			199.13	202.98	
168	231	200	935	1220			278.5	193.1			284.0			207.16	221.14	
166	233	204	941	1198			265.9	190.7			286.5	205.3	223.2	188.91	217.54	196
164	230	202	936	1169			293.2	206.4			294.0	202.3	245.7	222.14	221.08	207
162	235	207					353.1	245.3	330.4	305	338.4	232.8	265.1	239.98	233.23	239
162	231	207					316.9	254.6	332.8	326	346.8	256.1	269.4	270.12	271.96	274
162	234	202					245.9	255.3	228.9	244	281.3	201.7	214.2	199.02	186.69	199
		205					245.9	255.3	197.2	244	281.3	201.7	214.2	158.47	150.25	163
							194.1	218.1	158.2	196	238.6	163.4	174.3	147.17	147.81	144
							164.0	194.7	132.5	170	227.7	149.8	165.2	154.23	161.68	154
							160.3	199.8	134.0	171	225.3	151.8	165.3	151.97	165.29	148
							157.1	196.5	130.2	167	223.0	150.9	171.9	151.97	167.05	156
							162.0	201.8	134.0	177	227.4	156.3	176.2	152.57	167.92	155
							159.8	200.5	132.2	175	228.5	155.0	179.1	153.83	167.53	153
							159.4	195.5	127.9	174	225.9	155.1	177.2	153.78	166.57	151
							156.6	190.1	124.8	170	224.7	153.6	176.4	154.77	164.46	149
							154.6	190.4	125.0	166	222.7	153.3	178.6	154.84	164.46	148
							157.9	195.3	127.8	166	221.3	154.7	178.8	153.29	163.59	
								196.4			221.2	153.1	174.2	152.07	163.81	

de do mês; f) duzentos e quarenta artigos, 1890 a 1899, 272, 1910-1914; desde 1915, 271; o princípio do mês; h) fim do mês; j) mé

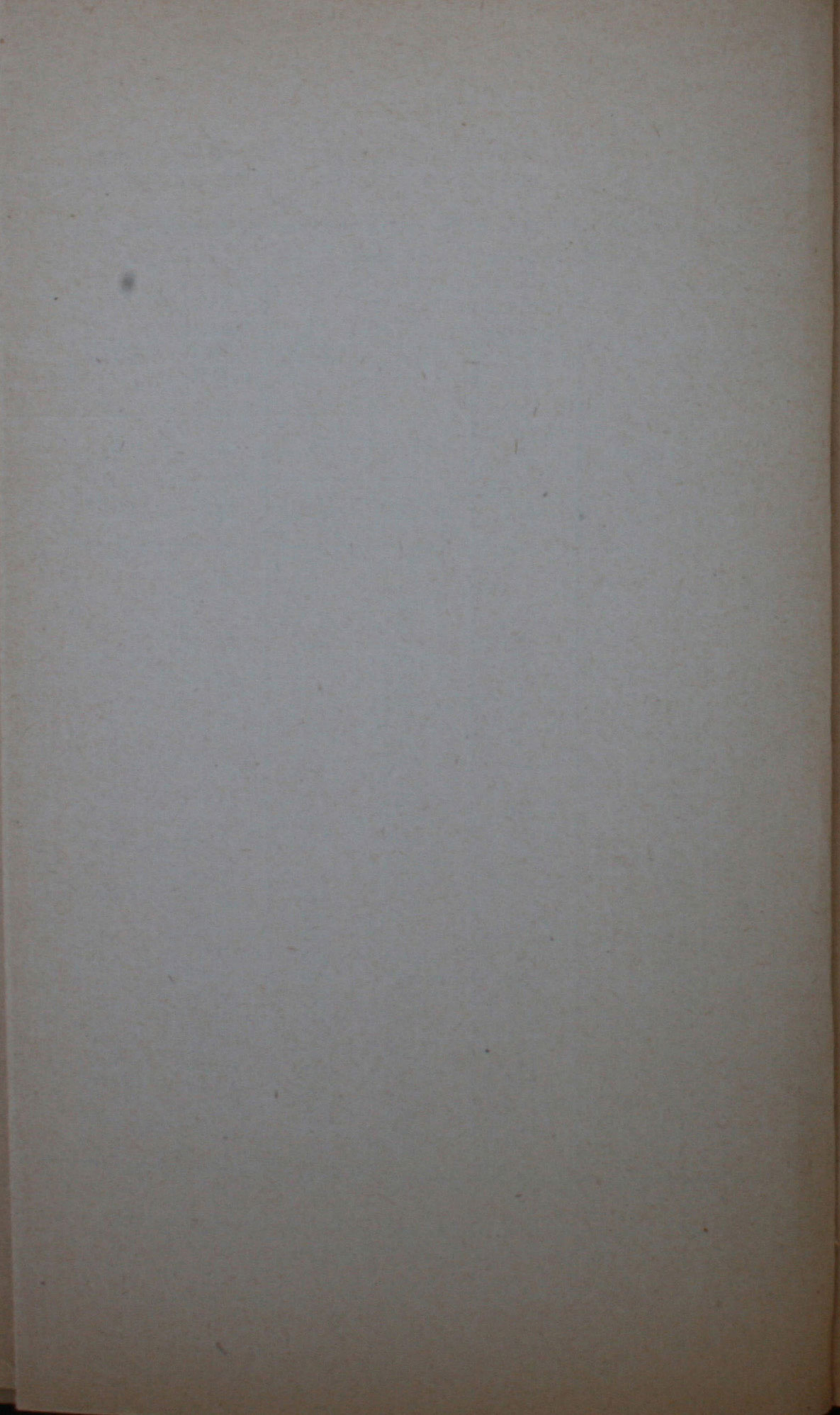
países até Outubro de 1923

Índia		Austrália		África do Sul	Egipto	Nova Zelândia	Bulgária	Tcheco-Slovaquia	Polónia	
República da Índia de Calcutá	Repartição do Trabalho de Bombaim	Board	Commonwealth Statistician	Office du Recensement et de la statistique	Ministério da Estatística	Government Statistian	Direcção Geral da Estatística	Repartição Central da Estatística	Rapports du Commerce	Repartição da Estatística do Trabalho
5	43	92	100	188	23			126	58	404
ho de 14	Julho de 1914	1911 1000	1911 1000	1910 100	31 Julho 914 1 Jan. 913	1909 1912 1000	1913	Julho de 1914	Janeiro de 1914	1918
j)		h)								j)
		910								
		1003		1000		914				
		1088		1125		1051	100			
100	100	a) 1085		b) 1090		a) 1045	b) 121		100	100
		a) 1185				a) 1073			100	98
112		a) 1387		b) 1204	b) 102	a) 1221		100		97
		a) 1822				a) 1304	b) 185			98
125		a) 1502		b) 1379	b) 124	a) 1323				100
		a) 1505				a) 1403				113
142		a) 1525		b) 1583	b) 168	a) 1450	c) 268			123
		a) 1715		b) 1723	b) 207	a) 1593				153
178	b) 237	a) 1877				1677	c) 667			188
		a) 1954		b) 1854	b) 225	1808	e) 830			184
198	b) 222	1959				1888				196
218		2008		b) 2512	b) 225	1788				199
209	231	2311	2359		318	1999	1739			212
178	220	2671	2700	b) 2064	282	2262	1947			233
188	191	2233	2255	2064	214	2233	2392			241
178	199	1813	1903	1688	164	2065	1721			170
181	190	1673	1771	1472	168	1918	2172			141
179	188	1789	1833	1423	138	1828	2489	1675	59.231	138
178	177	1855	1829	1470	141	1763	2657	1464	101.587	155
177	175	1894	a) 1837	1420	133	1798	2757	1003	551.904	156
175	175	1940			134	1813	2613	1029	1058.900	159
170	173				128	1826	2545	1000	1125.400	156
	171				123	1814	2408	967	1881.410	153
					120	1808	2292	958	3069.900	151
									5356.900	150
										154
										153

mensal; k) novos números-índices foram acrescentados ao index antigo; (28 artigos) e todos fo

Estados - Unidos					Japão		China
Fed. Reserve Board	Bradstreet	Dun	Gibson	Annalist	Banco do Japão	U. S. Fed. Reserve Board	Repartição dos Mercados de Shanghai
104	106	200	22 foods	25 foods	56	62	
1918				1890 1899	Outub.º 1899	1913	Fevereiro 1913
<i>j)</i>	<i>g)</i>	<i>g)</i>		<i>e)</i>	<i>g)</i>		
100	7.8839	93.355	44.2	99.388			
	8.0987	99.315	47.3	110.652			
	8.9881	121.301	59.3	137.172			
	9.2076	118.576	58.1	139.980	<i>b)</i> 132.2	100	
	8.8857	124.526	58.2	142.452			
	8.6566	119.708	58.9	144.879	<i>b)</i> 126.3		
	9.1431	124.168	64.7	150.95			
	9.8698	124.958	64.4	147.29	<i>b)</i> 127.8		
	10.9163	137.666	65.6	153.68			
	11.5294	145.142	77.9	170.11	<i>b)</i> 154.9		
	13.7277	169.562	87.4	213.410			
	16.0680	211.950	116.4	267.114	<i>b)</i> 196.4		
	17.9436	222.175	118.9	278.696			
	19.1624	232.575	123.3	285.474	<i>b)</i> 259.0		
01	18.5348	230.146	119.7	299.142	283.2		
16	18.8964	233.707	127.9	307.763	326.8		<i>b)</i> 132.7
48	20.3638	247.390	130.4	294.935	398.0		
54	19.3528	260.414	141.9	307.680	316.6		<i>b)</i> 140.0
68	12.6631	198.600	81.9	199.867	265.8	176	
45	10.7284	159.833	71.6	167.719	259.8	178	144.9
42	11.3725	164.444	64.3	164.311	272.5	191	148.5
55	12.1069	173.743	72.9	193.672	266.0	192	143.9
55	13.6665	192.944	75.6	181.030	243.7	176	152.7
70	13.9304	193.087	77.6	184.898	259.0	185	157.7
57	13.7011	185.637	72.0	184.463	263.0	187	158.4
64	13.3841	191.414	72.1	172.435	261.2	186	155.2
59	13.0895	188.711	72.5	170.954	254.5	182	155.4
59	12.8201	186.675	73.1	171.420			153.1
53	12.9143	187.981	74.9	177.924			156.8
	13.0974	190.827	75.4	179.485			

eram convertidos com a base 1913 = 100; para 1920 e 1921 as quotas



Deixamos propositadamente para o fim o estudo dos índices americanos, em vista da especial situação que êste país obteve depois da guerra.

Examinando os índices do custo de vida da Repartição de Estatística do Trabalho verifica-se que a alta foi 213,5 pontos desde o mínimo de 103,0 em Janeiro de 1915 ao máximo de 216,5 em Julho de 1920; o índice do Nat. Ind. Conf. Board regista uma alta de 94,5 desde o mínimo de 100,5 em Junho de 1915 ao máximo de 205 em Julho de 1920 e o índice da comissão especial de Massachusetts uma alta de 100,8 desde o mínimo de 101,8 em Janeiro de 1914 ao máximo de 202,6 em Julho de 1920.

Examinando as estatísticas a retalho dos Estados-Unidos, verifica-se que, a partir de Setembro de 1923, a alta foi de 49,3 para os alimentos. E para os demais coeficientes: vestuário 76,5; habitação 64,4; combustível e luz 81,3; móveis 122,4; artigos diversos 101,1; todos os artigos 72,1.

Entre os artigos de alimentação, a estatística regista a alta seguinte: ovos frescos 17 0/0, costeletas de porco, 14 0/0; manteiga 6 0/0.

Em compensação registam uma baixa, ainda que ligeira, nas batatas.

*

Destas verificações estatísticas com as quais pretendemos fazer um estudo comparado dos diversos países quanto às variações dos preços e do seu custo de vida (estas últimas traduzidas flagrantemente no gráfico anexo) podemos desde já concluir:

1.º — Que o custo de vida tem aumentado sucessivamente em certos países, devendo-se quanto a êste fenómeno considerar em ordem crescente e por diferença de pontos, os países atrás mencionados;

2.º — Que o custo de vida tem também diminuído em certos países que se podem colocar em ordem decrescente segundo os dados atrás determinados;

3.º — Que para um exame das variações do custo de vida nos diversos países, torna-se necessário proceder indutivamente, analisando as variações dos seus coeficientes (alimentação, iluminação, combustível, renda de casa, vestuário e outras despesas);

4.º — Que, neste sentido, torna-se preciso conhecer o movimento geral dos preços não só por atacado mas principalmente dos preços a retalho dos géneros considerados nos índices do custo de vida;

5.º — Que sendo a maior parte dêsses géneros pedidos à Agricultura ou à Indústria, torna-se necessário saber das condições

gerais dèstes dois factores de gestão económica; sendo mister também considerar os restantes dois, isto é, a situação do Comércio e o estado das Vias de Comunicação.

*

Uma questão ocorre, no entretanto, e é forçoso examiná-la. Traduzem os preços altos a vida cara? A alta dos preços exprime o fenómeno da carestia de vida?

Há em Portugal, como em todos os países, uma enorme e profunda crise económica, gerada pela guerra, terrível nos seus efeitos presentes, porventura fatal nas suas futuras conseqüências. Esta crise tem um carácter muito complexo, nos seus aspectos nacionais e internacionais e o seu mais doloroso efeito, o seu reflexo mais importante e immediato é, por certo, o fenómeno da carestia de vida, manifestada por uma progressiva, mesmo vertiginosa, elevação de preços.

É certo que os preços altos não definem, no seu determinismo económico, a vida cara. Reservando para logo a explanação dèste ponto de vista, diremos que a alta dos preços, pode manter invariável o custo de vida desde que correlativamente vá crescendo o poder de compra de numerário do consumidor, poder que, segundo Jèze, resulta principalmente da valorização do seu valor-moeda.

Por isso, Valois, a um dos seus recentes trabalhos pôs o sugestivo título — *La monnaie saine tuera la vie chère*.

O custo de vida está, assim, sujeito ao embate destas fôrças: de um lado o crescer dos preços, do outro a desvalorização da moeda e de tal maneira que, por vezes, assistimos a êste aparente paradoxo: os preços sobem vertiginosamente, mas mais vertiginosa é a valorização da moeda do consumidor e, portanto, o seu poder de compra vence a alta dos preços e a vida chega a ser-lhe barata!

Podemos desde logo, portanto, concluir que o valor da moeda tem uma influência decisiva no custo de vida.

Estudando, em um outro trabalho, as causas financeiras que produzem o crescer dos preços, analisaremos detidamente esta questão.

No entanto, do exposto, deduz-se que o fenómeno da carestia de vida incide no consumidor segundo as variações do seu poder de compra.

Não custa é mister considerar que êle não atinge igualmente as diversas classes sociais¹.

Porém, todos sabemos que as chamadas *classes abastadas*

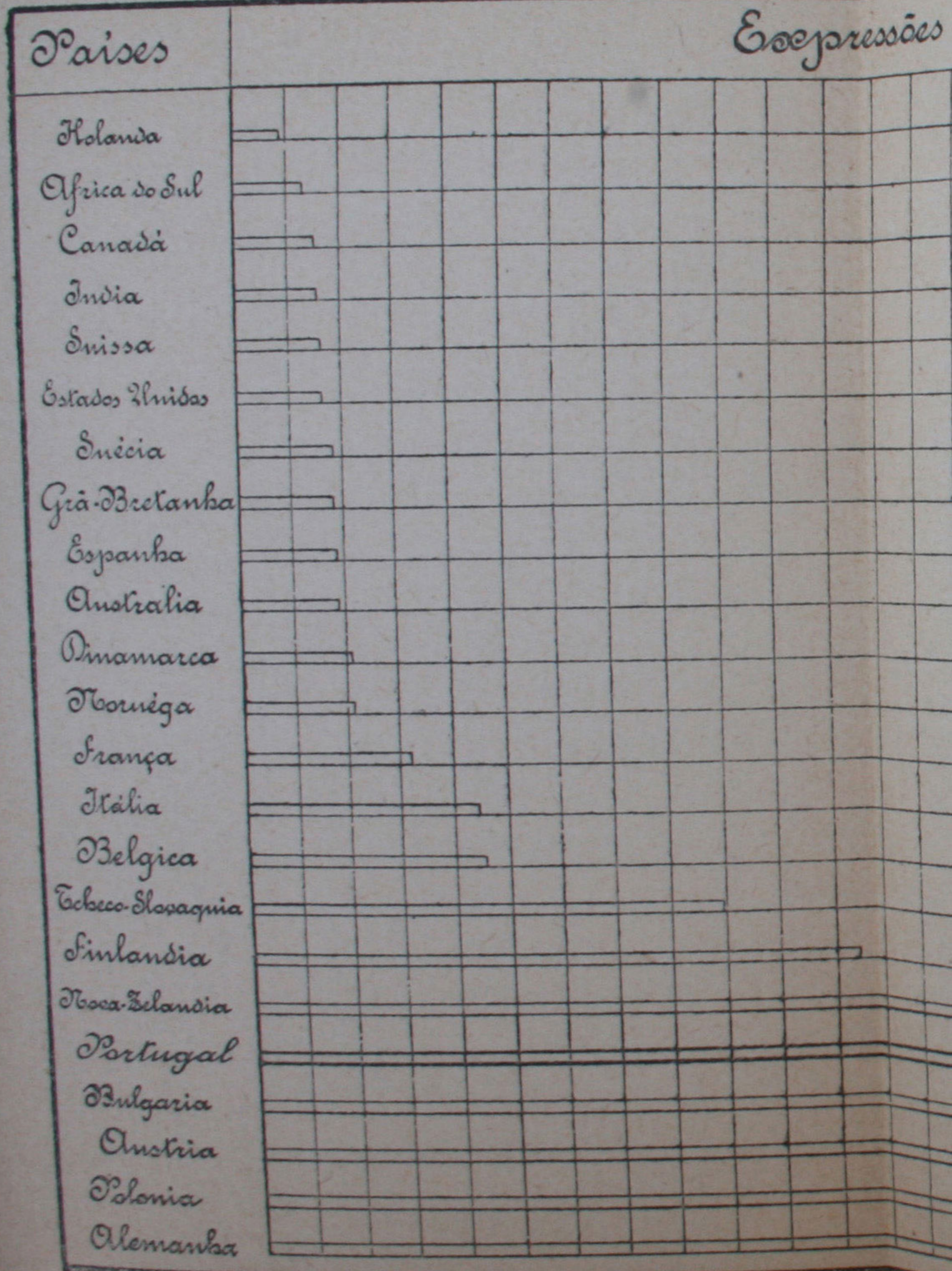
¹ V. a carestia de vida por Alves Diniz. — (Revista do Comércio).

Representamos diversos países

Países	Dados numéricos	
	Índices	Datas
Holanda	79.8	Janeiro
África do Sul	132.1	Agosto
Canadá	123	Outubro
Índia	154	Agosto
Suíça	168	Outubro
Estados Unidos	172.1	Agosto
Suécia	174	Setembro
Grã-Bretanha	175	Outubro
Espanha	178	Setembro
Austrália	188.3	Junho
Dinamarca	204	Julho
Noruega	218	Setembro
França	334	Abril
Itália	44122	Janeiro
Bélgica	468	Setembro
Tcheco-Slováquia	892	Agosto
Finlândia	1.141.4	Agosto
Nova-Zelândia	1.525	Agosto
Portugal	1.714.3	Junho
Bulgária	3.523.3	Junho
Áustria	1.102.700	Outubro
Polónia	4.395.600	Agosto
Alemanha	58.604.500	Agosto

Representação comparada das variações no ano de

Expressões



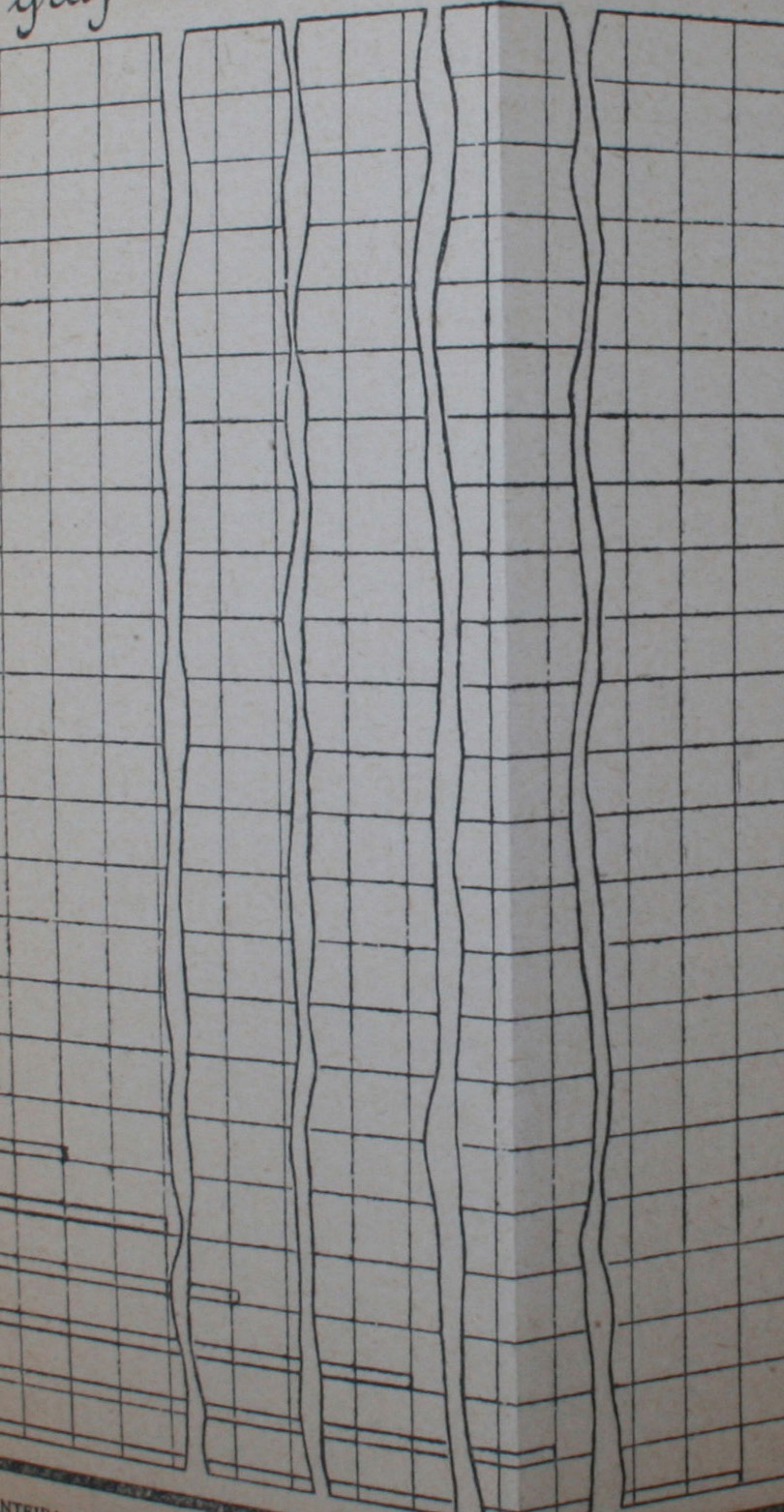
*ções do custo de vida nos diversos países
e 1923*

gráficas

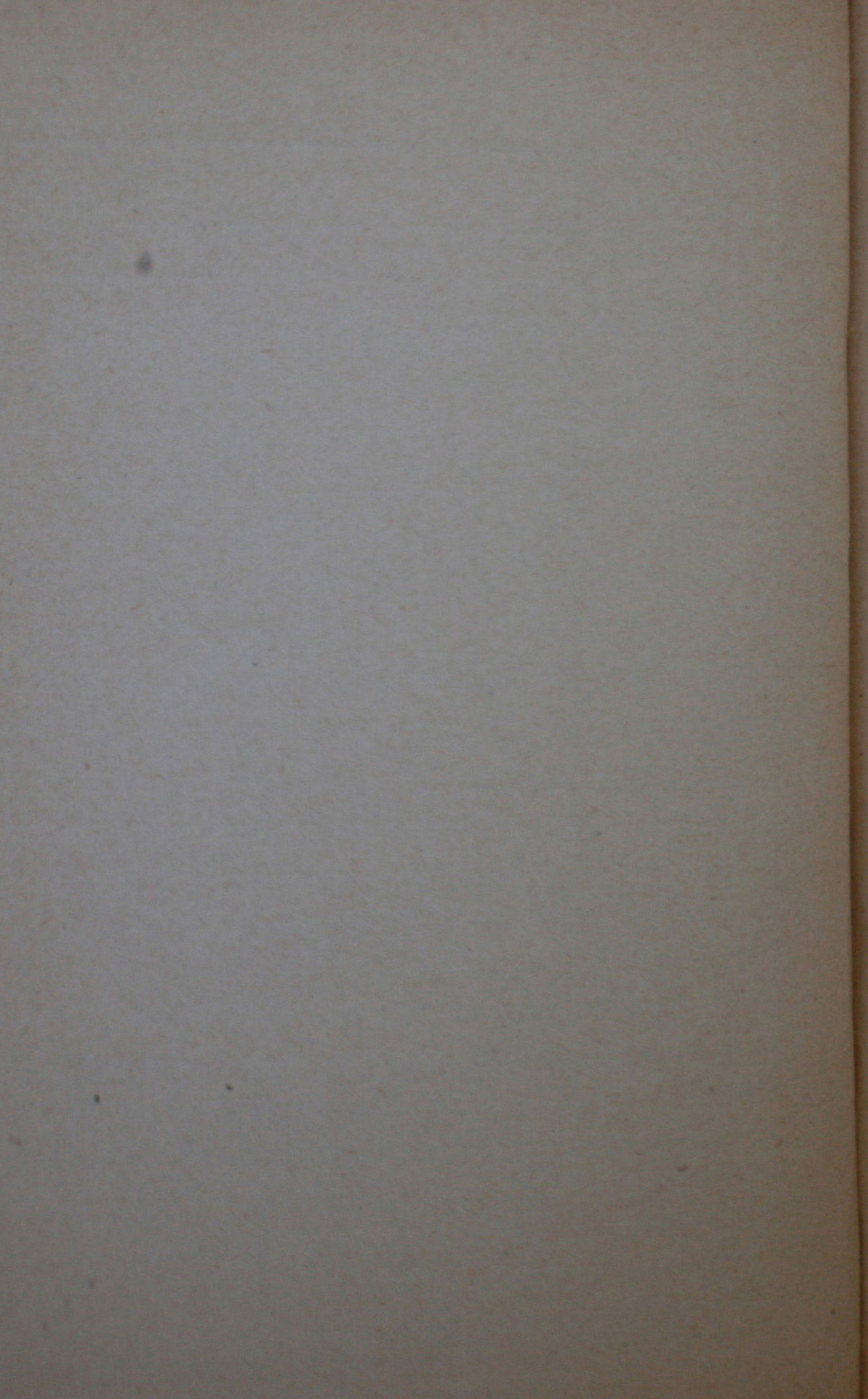
Dados numéricos

Índices

Datas



79.8	Janeiro
132.1	Agosto
143	Outubro
154	Agosto
168	Outubro
172.1	Agosto
174	Setembro
175	Outubro
178	Setembro
188.3	Junho
204	Julho
218	Setembro
334	Abril
44122	Janeiro
468	Setembro
892	Agosto
1.141.4	Agosto
1.525	Agosto
1.714.3	Junho
3.523.3	Junho
1.102.700	Outubro
4.395.600	Agosto
58.604.500	Agosto



nunca sentem o fenómeno da carestia de vida, porque, em regra, vêem correlativamente aumentados os seus haveres, sob a forma de dividendos, juros ou rendas.

O proprietário rico, diz Basílio Teles, o homem que não só é possuidor de muitas terras e dos recursos naturais de grangeio, mas dispõe ainda de dinheiro para depositar em estabelecimentos bancários, negociar em papéis de crédito ou fazer render por outro qualquer dos processos familiares ao menos versado em matéria financeira, o proprietário-capitalista, enfim, é claro que não se pode lamentar com razão ¹.

Já assim não sucede com a classe dos pequenos proprietários que sentem sobretudo a carestia da vida no elevado custo dos géneros de procedência estrangeira, indispensáveis à sua alimentação e na falta de dinheiro em condições de barateza, na má distribuição do imposto e nas dificuldades que para essas classes apresenta, nas suas terras, a colheita dos géneros de produção nacional.

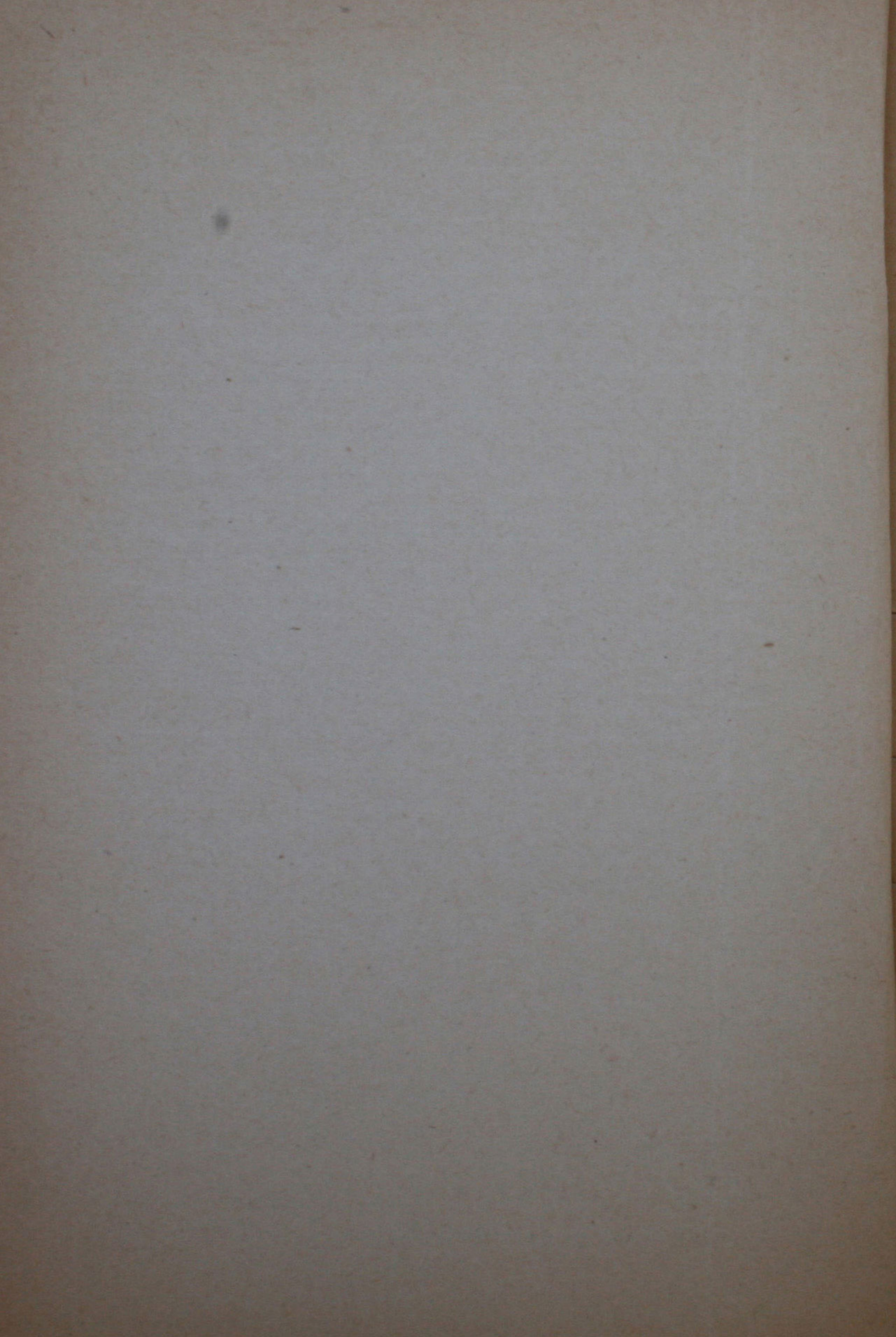
A classe dos grandes comerciantes também não é directamente atingida pela carestia da vida: esta influi no pequeno comerciante que, devido à fragmentação comercial e à concorrência, difficilmente consegue, às vezes, obter o ganho líquido preciso para a sua manutenção.

A classe dos industriais sente também os efeitos da vida cara, sobretudo no elevado custo das matérias primas, na alta dos juros e no aumento dos salários.

Os chamados *salariados superiores* sentem a carestia de vida na desproporção entre a fixidez dos seus vencimentos e a alta dos preços.

Por sua vez, os *salariados inferiores*, sofrem as consequências que a alta do preço cria nas suas condições sociais manifestamente inferiores e que tantas vezes os lançam no caminho da tentação migratória.

¹ *A carestia da vida nos campos* por Basílio Teles.



A alta dos preços

Causas determinantes da alta de preços. Debate doutrinário. A teoria quantitativa de Fisher. O conceito eclético de March. A explicação radical. O critério de Brouilhet. As doutrinas de Colson. As teorias de Georges Valois. Exame crítico das diversas teorias.

O nosso ponto de vista. A concepção síntese do preço. Os preços considerados como registadores sintéticos do estado geral de um país. Causas determinantes da alta dos preços: de ordem económica, financeira, política, social e moral.

O poder de compra do consumidor. Causas da sua diminuição. O aumento do custo da produção. A depreciação da moeda, a alta dos salários. O desequilíbrio da economia privada. A especulação.

Estudo da situação portuguesa. Condições económicas de Portugal: Situação agrícola, industrial, comercial e de transportes. Estado das finanças portuguesas: o *deficit* orçamental, a inflacção fiduciária, a deflaccção e a rarefacção do numerário, a perequação dos impostos. Aspectos da vida social portuguesa. Necessidade de uma propaganda a favor da Economia Privada.

Foi nossa intenção estudar previamente, no que atrás ficou dito, a maneira como, em casos gerais, os preços se formam e as oscilações que êles denunciam à análise estatística. E é só agora, numa complexidade crescente, que nos compete avaliar da alta de preços registada pelos diversos números-índices, por isso que, na realidade económica, o que em matéria de preços mais interessa é, indubitavelmente, o estudo dos fenómenos da sua elevação.

Por isso, investigar sobre as causas determinantes da alta dos preços é a preocupação constante daqueles economistas que a êste especial ramo da Economia se têm dedicado com o alto interesse que êle exige, pois não é inútilmente que Brouilhet¹ afirma ser o *preço o fenómeno central da vida económica*.

Pode-se dizer que foi com o célebre Professor da Universidade de Yale, Irving Fisher que se iniciou, em ciência económica, o debate doutrinário sobre esta questão.

Fisher², no seu *The Purchasing Power of Money*, publicado em 1912, apresentou uma original e engenhosa concepção sobre as causas da alta dos preços.

A teoria quantitativa de Fisher

Segundo aquele economista, a moeda metálica deposita-se, em grande parte, nos estabelecimentos bancários emissores e congêneres os quais, em troca, emitem um quantitativo correspondente em notas que substituem o metal retirado da circulação, mas por sua vez estes elementos de circulação fiduciária também vão depositar-se nos bancos, monte-pios, caixas económicas e de depósitos, etc., que por seu lado emitem cheques privativos em substituição dos elementos fiduciários.

E como desta maneira, uma grande parte da moeda metálica é substituída ora por notas dos bancos emissores, ora por cheques de institutos privados, pretendia Fisher determinar, no mercado monetário, os preços, tendo em consideração a quantidade de moeda metálica e de moeda fiduciária multiplicada pela velocidade da sua circulação e dividida pela importância das transacções comerciais. Tal o conceito da chamada *teoria quantitativa de Fisher*.

Para a defesa concreta dos seus pontos de vista, I. Fisher ocupa-se, em uma boa parte do seu tratado, de demonstrações estatísticas.

Assim, pretende relacionar as estatísticas da produção dos

¹ Brouilhet. *Précis d'Économie Politique*.

² Irving Fisher, *The Purchasing Power of Money*, 1912. *Récherches mathématiques sur la théorie de la valeur et des prix*. (Trad. de l'anglais), in-8.º 1917.

metais preciosos e do movimento dos preços, fazendo depender estes daquela, tese que é posteriormente reforçada por Roberts, director da Casa da Moeda de Washington, num dos seus relatórios, em que afirma que a alta dos preços é causada pela produção e amoeção do ouro.

Esta doutrina foi posteriormente também aceite por *Launay*¹ no seu curioso livro — *L'or dans le monde* — em que num capítulo especial pretende êste economista relacionar a produção aurífera com os preços.

Também aceita êste critério quantitativo, defendendo-o largamente, o economista Charles Gide².

Começa Gide por considerar o preço, no seu sentido económico, como sendo a quantidade de moeda que é mister dar em troca dum bem ou um serviço procurado o que o leva a deduzir a seguinte lei: *tôda a variação no valor da moeda arrastará uma variação inversamente proporcional nos preços*. Infere-se desta lei que qualquer variação de preço é devida exclusivamente a um dos dois tipos de causas:

a) As que resultam das alterações do valor da moeda.

b) As que provém do valor da própria mercadoria à venda no mercado.

Estudando desenvolvidamente cada uma destas causas, Gide inclina-se para a teoria quantitativa, pois afirma que a alta dos preços a partir de 1896 justifica-se pelo enorme acréscimo de produção das minas de ouro, produção que quintuplicou nos últimos vinte anos³.

Defendendo também em França igual critério Daniel Zolla cita o típico caso de uma alta brusca e formidável dos preços no

¹ L. de Launay: *L'or dans le monde (Géologie — Extraction — Économie Politique)*.

² Ch. Gide: *Cours d'Économie Politique*, vol. I, cap: *Les variations des prix. Théorie quantitative; Principes d'Économie Politique*, do mesmo autor.

³ A produção total das minas de ouro, que em 1893 era inferior a 500 milhões de francos, subiu em 1912 a 2.413 milhões e, embora sofresse uma ligeira diminuição em 1913-1914, cresceu consideravelmente durante a guerra, por motivo das necessidades de ouro dos Estados beligerantes. No seu recente livro sobre a *Evolução da Moeda* o Sr. Anselmo de Andrade calcula que o valor do ouro existente em barras, em moedas nos bancos ou na circulação pública e em objectos fabricados não deve ser inferior a 93 biliões, menos o que se tiver perdido ou, por qualquer maneira desgastado.

É interessantíssima a resenha feita pelo Sr. Anselmo de Andrade sobre a produção do ouro (Cap. XIV da ob. cit.) desde os tempos anteriores ao descobrimento da América até à actualidade.

Sobre êste assunto pode consultar-se: Bordeaux: *Les mines d'Afrique du sud*, De Launay: *L'or dans le monde*; Levat: *L'or en Sibirie*; Otresch Koff: *De l'or et de l'argent*.

século XVI depois da descoberta da América e no século XIX, em seguida à descoberta das minas da Califórnia e da Austrália. O período da grande alta dos preços que precedeu à guerra, atribue-o Zolla à descoberta das minas do Transwaal¹.

A refutação da teoria de Fisher está feita e brilhantemente por Ives Guyot no seu notável estudo apresentado à *Société Statistique de Paris*².

Nêle demonstra largamente Guyot que o movimento dos preços não acompanha a produção do ouro pois a diferença na produção deste metal, entre os períodos de 1851-1855 e 1855-1860, é de 42 milhões de francos, ao passo que os preços sobem nessa mesma época de 106 a 151.

No período de 1866-1870 à alta de produção do ouro corresponde uma baixa nos preços.

E se no período que vai de 1871 a 1885 se apresenta uma contínua baixa de produção aurífera correspondendo a uma baixa também contínua nos preços, já assim não sucede nos períodos ulteriores de 1886-1890, 1891-1895, 1896-1910, o que Ives Guyot demonstrou estatisticamente.

No seu interessante livro³, o Prof. Vieira da Rocha rebate também as considerações de Fisher demonstrando estatisticamente que o movimento dos preços não segue em paralelo a produção do ouro. Além disto, diz o Prof. Vieira da Rocha: ... «deve notar-se que, embora haja períodos de produção menor, o *stock* absoluto do ouro amoadado e não amoadado não deixa de aumentar incessantemente, em virtude da propriedade física da indestrutibilidade de que goza o metal precioso, ao passo que os preços não têm subido sempre, pelo contrário têm sofrido flutuações consideráveis e desarmónicas de alta e de baixa».

Lescure⁴, num magnífico estudo publicado recentemente, ataca de um modo notável a teoria de quantidade⁵.

A doutrina ecléctica de March

Lucien March, intervindo nas discussões levantadas na *Société de Statistique de Paris*, acêrca da determinação das causas que

¹ *Annual Report of the Director of the mint for the fiscal year ended June 30-911 and also Report on the Production of the Precious Metales in the calendar year 1916.*

² V. *Journal de la Société de Statistique de Paris*. 1912.

³ V. Ob. cit.

⁴ J. Lescure: *Hausses et baisses générales des prix*, gr. in-8.º

⁵ Em Itália o principio quantitativo foi defendido por Benini no *Giornale degli Economiste* (*L'azione recente dell'oro sui prezzi generale dei merci*) e por Marco Franco, no seu livro: *Le Banche e il mercato monetário*.

provocaram a alta dos preços no século XX, apresentou uma explicação moderada a que nos vamos referir.

É opinião d'êste estaticista que é certo exercerem os metais preciosos alguma influência sôbre os preços, influência que deverá ser avaliada não pelas quantidades absolutas anualmente postas à disposição do mercado, mas pela relação entre essas quantidades e o *stock* monetário.

Entende também March que se deve considerar a produção da prata pois são manifestas as afinidades entre a curva da sua produção e a curva dos índices gerais dos preços.

Defendendo êste critério, *Rouilleau*¹ entende que a quantidade de moeda exerce influência sôbre os preços e que essa influência se pode medir por meio dos *coeficientes de correlação*². Assim, examinando

¹ V. *Journal de la Société Statistique de Paris*, 1912.

² Era nossa intenção estudar o emprêgo dos *coeficientes de correlação* na parte em que tratamos do movimento dos preços. A necessidade, porém, de não desenvolvermos bastante aquele capítulo, obriga-nos a tratar d'êste assunto resumidamente em simples nota.

Os coeficientes de correlação destinam-se a exprimir os resultados das diversas comparações.

Um dos coeficientes de correlação mais interessantes, dos diversos que tem sido expostos pelos estaticistas, é o obtido pelo processo de Lucien March.

Considerando duas curvas representando duas séries numéricas relativas a dois fenómenos, x_1 e x_2 , serão os desvios os seus valores médios em todo o intervalo compreendido entre os dois números correspondentes. Se x_1 e x_2 são do mesmo sentido, as duas curvas *concordam*, no caso contrário diferem. E como a cada duas séries de números corresponde uma concordância ou uma discordância, pode-se aquilatar da semelhança das curvas pelas concordâncias e discordâncias.

Considerando a diferença entre o número c das concordâncias e o número d das discordâncias e dividindo-a pelo número total n das séries de números, obter-se há o chamado *índice de dependência*.

Mas êste índice tem um grande defeito e que é o de não considerar as grandezas dos desvios comparados. Torna-se por isso necessário avaliar as concordâncias e discordâncias pelo processo que Lenoir deduz e leva à determinação do coeficiente de correlação.

É preciso considerar que o coeficiente de correlação, permitindo apreciar objectivamente a semelhança de duas curvas menos diferentes, verifica se elas devem poder decompor-se em mais de uma curva. Assim, se em uma determinada curva se distingue de um lado um movimento de conjunto, lento e contínuo e do outro oscilações mais bruscas, umas vezes regulares, outras vezes irregulares, será conveniente decompor essa curva representativa primitiva em uma curva de interpolação contínua, sem variação brusca e uma curva formada de oscilações sucessivas, mas porque essa decomposição nem sempre é rigorosa, é preferível tomar simplesmente para curvas de interpolação as curvas de valores médios.

Determinam-se essas curvas calculando para cada ano o valor médio do elemento durante um certo número de anos, compreendendo ao meio o ano considerado.

Para êste género de curvas, torna-se, porém, necessário fixar o número de anos sôbre o qual se calcula a média. Esse ano ocupará o meio e deverá ser ímpar. Hooker escolheu o número 9, obtendo assim valores médios bastante próximos das médias decimais e justificou cientificamente essa escolha no seu

as duas séries estatísticas que se referem ao *stock* monetário e à variação dos preços obtém-se um coeficiente igual a + 0,44, ao passo que comparando a estatística do *stock* monetário e a estatística das oscilações dos preços dos géneros alimentícios se obtém um coeficiente igual a + 0,38. O desvio dos dois coeficientes patenteia a relação entre o *stock* monetário e os preços, relação que é mais estreita quando se considera um maior grupo de mercadorias.

A primeira parte das opiniões de March está suficientemente refutada no que atrás ficou dito.

A parte, portanto, que maior interêsse nos pode merecer no seu doutrinário é aquela em que êle procura relacionar a variação dos preços com a produção da prata¹.

Vejamos até onde lhe assiste a razão.

Os países maiores produtores da prata são os Estados- Unidos e a Índia, mas ela existe também em grandes quantidades no México, no Peru e no Chile e dos países continentais na Espanha,

Correlation of the Marriage-Rate with Trade (Journal of the Royal Statistical Society, September, 1901).

Sobre coeficientes de correlação veja-se: **Lucien March**: *De la méthode dans les sciences: deuxième série, Chap. «Statistique», Paris. «Les représentations graphiques et la statistique comparative»: Journal de la Société Statistique de Paris. Comparaisons numériques des courbes statistiques (J. S. S. P.) Essai sur un mode d'exposer les principaux éléments de la théorie statistique (J. S. S. P., 1911). «Les moyens de rendre comparables les courbes statistiques»: Bulletin de l'Institut Internationale de Statistique, tome XIX. G. Udny Jule: *The applications of the method of correlation to social and economics statistics — Bulletin de l'Institut Internationale de Statistique, Tome XXIII; An Introduction to the Theory of Statistics.**

¹ Não deixa de ser interessante notar as principais flutuações que sofreu a prata na economia monetária do universo, e as suas variações de preço.

As mais antigas minas de prata são as de Cartago e as da Ática, nas quais trabalhavam cerca de 60 mil trabalhadores, chegando a produzir, segundo Boeck, prata de cerca de um milhão de francos. Uma grande parte dessa riqueza foi trazida pelas conquistas para Roma aonde no princípio de século XII pagava-se cada hectolitro de trigo com 16 fr. de prata. Só mais tarde é que se iniciou a exploração das minas da Hungria, da Saxónia, do Tyrol e da Espanha, a que se seguiu a grande era de exploração dos metais preciosos consequente da descoberta da América. A produção da prata que de 1501 a 1520 fôra apenas de 940 kg. subiu a 8.360 kg. no período de 1581 a 1600 e a 6.838 kg. em 1700. No século XVIII o total da produção ascendeu a 56.620 kg.; na primeira metade do século XIX 32.722 kg. e nos 25 anos que se lhe seguem 30.927 kg. No último quartel do século XIX a produção ascende a 92.575 kg.

A produção da prata no século actual tem afrouxado bastante e o seu movimento de preços tem-se dado em sentido inverso.

Da valorização que ela alcançou durante a guerra, fazemos acima referência.

Noruega, Hungria, Saxónia e Boémia. Associada ao ouro, nas colónias inglesas auríferas da África do Sul, da Austrália e do Canadá.

A América leva, porém, a palma, pois todos os Estados devem recorrer a ela para obter a prata necessária para a cunhagem de moeda e para a indústria.

Em 1917, as minas dos Estados-Unidos produziram 71.740.362 onças de prata (a onça equivale a gr. 31,1) e 67.900.000 em 1918. E como a produção mundial da prata era calculada, para 1918, em 149.900.000 onças, vê-se bem a importância da produção americana.

Examinemos agora o preço que este metal tem tido nos diversos mercados. Em 1906, o preço da prata era de 5 shillings a onça, e uma onça de prata era convertida em moeda do valor nominal de 5 shillings e 6 pence; com a descoberta de novas minas e o aumento da produção, o preço diminuiu cada vez mais até chegar a 2 shillings a onça em 1914.

Durante a guerra duplicou, porém, o preço da prata que chegou a 4 shillings a onça e teria subido mais ainda se os governos da América e da Grã-Bretanha se não tivessem oposto a tal aumento, proibindo-o pura e simplesmente.

Mais tarde, o governo dos Estados-Unidos levantou essa proibição, e dias depois, o Governo Britânico declarou que estava abolido o preço máximo oficial. O efeito imediato de tal medida foi de subir o preço da prata de 4 a 4,6 e até a 4,10, preço nunca atingido desde 1877.

Foi tal o pedido de prata durante a guerra que a América aprovou a *lei Pittman* para a cunhagem de dólares de prata. Cunharam-se 200 milhões de onças que foram todas para a Índia onde as moedas da prata estão mais vulgarizadas do que em qualquer outra parte do mundo.

Isto explica-se pelo facto de a Índia ter tido de retirar, como de resto todas as grandes potências, o ouro da circulação durante a guerra; mas não o podendo substituir pelo papel teve de cunhar prata em grande quantidade.

É curiosa a razão porque na Índia se restringiu sempre o recurso à moeda fiduciária. Embora os indianos das grandes cidades — tais como os de Bombaim, Calcuttá, Madrasta — acostumem-se facilmente à moeda-papel, já não sucede o mesmo às populações indígenas do interior que não querem aceitar senão moeda de prata e acumulam grandes somas dessas moedas. Este hábito inveterado contribuiu para aumentar a forte quantidade de moeda de prata necessária para aquela população de mais de 315 milhões de habitantes.

Admitindo o critério de March seria de esperar um paralelismo entre as produções e o preço da prata nos dois grandes países — os Estados-Unidos e a Índia — e o movimento geral dos preços registados na segunda parte deste estudo. Mas assim não sucede. Pelo contrário vê-se claramente que esses grandes países produ-

tores e consumidores de prata são precisamente aqueles que conseguem, com o poder da sua moeda valorizada, realizar uma baixa sensível nos preços¹.

A explicação radical

Discordando das doutrinas de Fisher, nem podendo aceitar o ponto de vista eclético de Lucien March, alguns economistas procuram explicar a alta geral dos preços exclusivamente pela chamada lei da oferta e da procura.

Considerando que todo o aumento do valor da produção é acompanhado dum aumento das receitas dos produtores, é legítimo inferir que uma diminuição do valor da produção produzirá uma diminuição das receitas dos produtores. E, portanto crescendo o valor de produção de uma empresa, crescerão simultaneamente as receitas dos produtores dessas empresas, sob a forma de uma alta dos lucros, dos salários, e do juro. A alta dos lucros traz como natural consequência a criação de novas empresas e estas, por sua vez, tornando mais intensa a procura do capital e do trabalho, farão elevar o juro e os salários.

Mas com a alta destes dois elementos aumentará também a procura das outras mercadorias que subirão de preço, contribuindo para que os respectivos produtores aumentem as suas receitas. Desta maneira, combinada com um aumento de produção, a alta gera a alta o que se poderia traduzir no seguinte princípio:

«Tôda a alta de preços num ramo da produção, traduz-se por um aumento de receitas; este aumento de receitas por um aumento de procura doutras mercadorias e por um aumento de receitas noutros ramos da produção.

Este fenómeno dobra de intensidade quando se combina com um aumento da produção²».

¹ Recentemente, escreveu o Sr. A. Mondauni, no *Chambers Journal*, um curioso estudo sobre a prata.

Nesse estudo, o autor depois de demonstrar a importância que a prata tem tido no sistema monetário inglês (que se baseava exclusivamente naquele metal desde o tempo dos saxões até Henrique III), refere-se propriamente à indústria extractiva do precioso metal, fazendo larga referência aos processos de extração das minas argentíferas, os clássicos como os métodos *humières* e *seus* largamente empregados e os modernos como o que consiste em desenvolver o minério de prata em CNK e em fazê-lo precipitar em pó de zinco ou de alumínio. Mais recente ainda o processo pelo qual a prata é separada das outras substâncias grosseiras por meio do azeite e em seguida extraído por cyanidização, como se faz nas minas argentíferas do Estado de Nevada.

² V. *ob. cit.* do Prof. Vieira da Rocha.

Examinemos rapidamente o valor desta concepção.

No período de relativo equilíbrio que precedeu a grande guerra, a organização espontânea do mundo económico permitiu que a produção se adaptasse com quasi completa exactidão às necessidades manifestadas pela procura e requisitadas pelo mecanismo dos preços.

Os equilíbrios que se estabeleciam assim entre a produção e o consumo eram de natureza possivelmente estável, por isso que a concorrência se encarregava automaticamente de reconduzir à normalidade económica todos os elementos que dela se afastassem.

É bem conhecido, por exemplo, o enorme abalo que sofreu, um pouco antes da guerra, a metalurgia francesa quando teve de se deslocar da bacia do Loire para a do Meurthe e do Mosella, após a descoberta dos processos de exploração dos minérios fosforosos.

Mas, em breve, tudo se recompunha e tôdas as condições convergiam para uma baixa de preços criada por uma procura estacionária e uma oferta progressiva. Assim succedeu também com a exploração mineira alemã da bacia do Ruhr.

Um exemplo mais frisante dá a idea do estado normal da situação económica dêsse tempo: é a maneira pronta como se debela na Europa a crise cerealífera gerada pela concorrência dos trigos americanos, russos e indianos.

Em tão regular situação não admirava que os progressos técnicos realizassem, como lhes competia, uma sensível baixa de preços. Haja vista a considerável economia de consumo de carvão criado pelo sistema Corliss e considere-se a transformação feita na metalurgia pelos métodos de Bessemer e Siemens Martin.

Considere-se a economia que resulta da aplicação dos processos de Gill e de Frasch na extracção do enxôfre; não nos esqueçamos das transformações que sofrem, em química aplicada, as indústrias do ácido sulfúrico, do ácido clorídrico e do ácido azótico; reparemos finalmente que a baixa do preço do nitrato de sódio é uma consequência da sua valorização como adubo químico feita pelos notáveis estudos de Gilbert, de Lawes e de Bossin-gnault e que se quasi simultaneamente se dava a baixa do preço de soda, ela devia ser atribuída, de facto, à substituição feita na respectiva indústria, do método de Leblanc pelo processo dos irmãos Solvay.

Assim os factos confirmavam no seu longo desenrolar as leis económicas que as regulavam.

Depois da guerra, como veremos oportunamente, os aconte-

cimentos não se passam de igual maneira. Novos factores geram a alta que nem o excesso de oferta nem a estagnação de procura conseguem diminuir.

Examinaremos logo este aspecto da questão.

É forçoso, no entretanto, reconhecer que a teoria radical demonstrou à saciedade, a insuficiência de argumentos dos que atribuem ao proteccionismo a alta dos preços, assim como o pouco valor das opiniões daqueles que vêem na alta dos salários ou na elevação do custo de produção resultante das leis sociais, a causa da alta dos preços.

Os defensores da teoria radical reconhecem assim e justamente, a complexidade deste fenómeno e a maneira como, nas flutuações dos preços, entram em jôgo as mais variadas fôrças do mundo económico e social.

O critério de Brouilhet ¹

Brouilhet, antes de examinar as causas que, em seu entender, occasionam directamente a alta dos preços, descreve a batalha travada entre compradores e vendedores nos diversos mercados para a sua fixação.

É curioso que o ponto de vista moral merece-lhe a maior das atenções, procurando a cada instante demonstrar a sua influência na dinâmica dos preços. Na opinião deste economista, cada vendedor antes de entrar para a luta em que se vai defrontar com um ou mais compradores, necessita de pôr ao serviço dos seus interêsses todo o seu talento de persuasão e a fôrça dos argumentos de que disponha. Embora este fenómeno esteja condicionado por leis especiais, parece a Brouilhet que vencerá na luta o que tiver mais audácia, mais engenho, mais eloquência, em suma o que fôr psicològicamente superior.

Pode-se dizer que nos contratos comerciais de compra e venda é vulgar que, em face dos interêsses em jôgo, as partes contratantes nem sempre se servem de processos em absoluto correctos, praticando com freqüência aquilo a que os jurisconsultos chamam *dolus bonos*.

Além disso, na fixação dos preços domina sempre, em um mercado, o sentimento do medo. Se vinte e um criadores de gado levam a um mercado vinte e uma juntas de bois e se, por hipótese, não houver comprador senão para vinte juntas, o receio de cada lavrador de ser o detentor da 21.^a junta que se não vende, dominará o mercado, influirá no preço, por isso que ao abrigo do

¹ Brouilhet: *Précis d'Économie Politique*.

regime concorrencial nenhum vendedor hesitará em sacrificar o vizinho em seu proveito.

E entrando pròpriamente na apreciação das causas que geram a alta ou a baixa dos preços, Brouilhet afirma que as bruscas quedas ou altas inconsideradas que surpreendem os mercados não têm uma causa matemática, por isso que o excesso da procura ou da oferta nunca é tal que justifique, pelo cálculo, essas altas ou baixas. Elas são devidas a causas morais entre as quais avulta o pânico tão vulgar nos centros de comércio e que é agravado por uma constante falta de solidariedade da classe. — Assim cada parte procura vivamente desmoralizar e amedrontar a parte contrária.

A alta engendra a alta, por isso que ela estabelece, por si própria, a crença de que durará: a depressão gera a depressão. Muitas vezes há bruscas alternativas, mas observam-se também períodos indefinidos de depreciação que só se explicam por um desânimo moral, uma espécie de *défaite* aceite por antecipação, mesmo quando as circunstâncias de facto a não justificam.

É opinião de Brouilhet que a psicologia colectiva dá aos mercados uma fisionomia bem particular e por vezes de tal sorte perigosa que aqueles que possuem um exacto conhecimento do estado psicológico geral e são dotados de audácia e sangue-frio realizam fàcilmente os maiores triunfos.

O ponto de vista de Brouilhet abrange um interessante aspecto de psicologia comercial. É um elemento, na realidade, a considerar na política de transacções, o factor moral. A êle nos referiremos adiante largamente.

«É de enorme importância para o comerciante — escreve Orison Swett Marden¹ — conhecer-se a si próprio, observando a sua própria fôrça de penetração e a valia e capacidade de ler no pensamento alheio. O conhecimento da natureza humana é tão valioso para o homem de negócios como o conhecimento das leis ao jurisconsulto e da terapêutica ao médico. Quem seja capaz de compreender, nas suas linhas gerais, a psicologia humana distinguindo as diversas modalidades do seu carácter, tem uma enorme vantagem sôbre os outros, qualquer que seja a sua profissão».

Dentro dêste critério, no seu interessante livro, Sherwin Cody² escreve um capítulo especial em que destaca a influência na vida do comércio do treino psicológico.

Mas ninguém desenvolveu esta tese mais notàvelmente que

¹ Orison Swett Marden, *Psicologia del Comerciante* («El arte de vender»). Tradução espanhola de F. Climent Ferrer.

² Sherwin Cody, *L'art de faire des affaires*, tradução de Chambonnaud.

Waldo Ponday Warren no seu curiosíssimo livro — *A sciência dos negócios*¹.

É todo um tratado de psicologia do comerciante escrito com elegância, com oportunidade, com notável lucidez².

As doutrinas de Colson

Colson³, no seu *Cours d'Économie Politique*, professado na Escola Politécnica e na Escola Nacional de Pontes e Calçadas de Paris, estuda detidamente o problema dos preços e em especial a alta criada pela última guerra.

Este economista, apreciando os efeitos económicos da política financeira da inflação fiduciária, começa por admitir que a *abundância dos instrumentos de troca tem por consequência a alta dos preços*. Mas os fenómenos da alta, para Colson, são no fundo bem simpáticos às classes populares pois se estas actualmente vociferam contra a carestia da vida, é fácil calcular como deixarão de fazê-lo desde que amanhã, com uma baixa geral dos preços, se exija ao operariado a correspondente diminuição dos salários.

Em seguida, considera Colson a alta dos preços nos diversos mercados internos e externos. Nos mercados internos, a alta dos preços constitui um estimulante enérgico da actividade dos negócios. Todos os negociantes vendo aumentar o valor das mercadorias que trazem armazenadas, desenvolvem mais as respectivas operações tornadas mais lucrativas e muitos entre elles conseguem regularizar o trabalho das respectivas fábricas e oficinas, mantendo-as em contínua laboração para que possam satisfazer os constantes pedidos de fornecimento.

Já assim não sucede com o comércio externo. Uma depreciação estável da moeda em um país, fraca influência exerce no seu comércio exterior uma vez que, em sua consequência, estabelece-se o equilíbrio dos preços. Por outro lado a superabundância da moeda depreciada não é senão de uma real vantagem nas relações exteriores assim como a alta dos preços só é útil nas rela-

¹ Waldo Ponday Warren, *La ciencia de los negocios. Pensamientos de un negociante*. (Versão espanhola por G. G. R.)

² Os problemas de psicologia comercial vem hoje versados em numerosas e interessantes publicações. Chamaremos a atenção do leitor para as seguintes: E'mile Paris, *Pour devenir commerçant*; Sherwin Cody, *L'art de vendre. L'art de faire les affaires*; Edese Lix, *Aux commerçants débutants. Conseils pratiques*; Yves Guyot: *Le commerce et les commerçants*; Edoris: *La gestion des affaires*.

³ C. Colson, *Cours d'Économie Politique* (Professé à L'École Polytechnique et à l'école nationale des ponts et chaussées), livre quatrième. — *Les entreprises, le commerce et la circulation*, 1920; *Organismo económico e desordem social*, trat. de Barbosa Bettencourt.

ções internas quando resulte do aumento rápido da quantidade total da moeda em circulação. O que perturba fundamentalmente as relações comerciais exteriores, facilitando de um modo extraordinário a agiotagem, são as incessantes variações cambiais. Com elas, diz bem Colson, sòmente lucram os especuladores com manifesto prejuízo dos negociantes sérios, dos proprietários e dos trabalhadores.

É por isso que Colson defende a necessidade de se estabelecer como estalão do valor uma moeda fixa de possivelmente maior estabilidade.

Pelo que ficou dito, vê-se que a tese de Colson está dentro da realidade financeira, comprovando assim que neste problema dos preços é mister atender não só a causas económicas mas também ao aspecto financeiro.

Quanto ao problema da *estabilização do câmbio* êle constitui, na realidade, um dos métodos mais preconizados para se resolver a questão financeira contemporânea.

Na conferência de Bruxelas de 1920, o Sr. Cassel, professor universitário inglês e um dos consultores técnicos, em matéria monetária, da Sociedade das Nações, apresentou um curioso *memorandum* sòbre os problemas monetários mundiais onde defendia a necessidade de conseguir que o ouro recuperasse o seu valor, que descera para menos de 40 % em relação ao período que precedeu a guerra.

Para tanto entendia o Sr. Cassel que todos os países não deviam procurar restabelecer a circulação do ouro e a nova cunhagem dêsse metal e que se tornava necessário regulamentar a procura do ouro amoedado se, não se quisesse abolir definitivamente o uso do ouro como estalão do valor.

Mais tarde, consultado pela *Sociedade das Nações*, sòbre o assunto, o Sr. Cassel continuou a defender o seu ponto de vista, expresso em novo *memorandum* entregue àquela Sociedade a 17 de Agòsto de 1921¹. Tão firme era a sua convicção de que seria essa a melhor solução, que, posteriormente, discursando em Junho de 1922 no Congresso da *Câmara Internacional do Comércio*, realizado em Londres, afirmava ser indispensável a estabilização do valor do ouro, pondo-se para tanto de parte a política anti-inflacionista da redução da circulação fiduciária em todos os países que tivessem adoptado o regime monetário em ouro².

¹ Em um artigo publicado no *Daily Telegraph* de 8 de Maio de 1922, o Sr. Cassel continuava a defender idêntica opinião.

² V. Gustave Cassel et George Lachapelle, *La monnaie et le change après 1914*. Paris, 1923.

³ J. M. Keynes, *Economic consequences of the peace; Reconstruction of Europe* — publicação do *Manchester Guardian*, Abril de 1922.

Reforçando estes pontos de vista do ilustre professor de Cambridge, veio mais tarde outro eminente catedrático inglês, o Sr. Keynes³ emitir a sua opinião.

Entende o Sr. Keynes que o mais importante é fixar os câmbios do que melhorá-los. Os países que tiverem a sua moeda-ouro depreciada de mais de 20% abaixo do valor de 1914 não devem procurar o regresso do seu sistema monetário a esse valor. É preferível tornar tôdas as circulações monetárias convertíveis em ouro a uma taxa fixa. Seguindo-se um largo regime de economia do ouro, as nações não devem cunhar moeda nesse metal nem consentir na sua circulação, consentindo somente que os bancos façam uma emissão de uma moeda legal que substitua o ouro.

Para uma completa execução dêste ponto de vista, entende o Sr. Keynes que conviria inicialmente realizar a aludida conversão em ouro na Grã-Bretanha, em França, na Itália, Bélgica, Países Escandinavos, Espanha, Holanda, Suíça e Tcheco-Slováquia, tratando-se ulteriormente dos restantes países. Os bancos emissores europeus estabeleceriam uma diferença de 30% entre os preços da compra e venda em ouro, o que representaria uma protecção contra o desvio do ouro. Esses bancos obrigar-se-iam a readquirir as suas notas em troca do ouro a uma taxa não inferior à primitivamente fixada, o que seria mantido enquanto esses bancos possuísem ouro e as suas notas em circulação excedessem 80% dum estado baseado sobre o volume em movimento à data inicial.

Veremos adiante até que ponto oferecem viabilidade estes planos dos professores Cassel e Keynes e a influência que as suas ideias exerceram nas conferências internacionais de Bruxelas e Génova¹.

¹ Dos numerosos trabalhos que têm sido publicados sobre este importante problema, mencionaremos: André Liesse, *Les changes: Les rapports entre alliés et la conférence de Bruxelles*. (Economiste Français: 22 de Maio de 1920); Alfred Mavas et Charles Rist, *Hausse des prix, changes et signes monétaires en France, Angleterre, Italie, Suisse Etats-Unis, Japon, Canada* (Revue d'Economie Politique, Maio-Junho-1920). A. Raffalovich, *Le problème des changes après la guerre: Situation économique internationale, Junho de 1920; Du problème des changes après la guerre — Situation économique internationale — 2 Janeiro 1921*; Edouard Payen, *L'or en 1919*. (Economiste français, 17 Abril 1920); *L'argent — métal, ses variations des prix, leur conséquences* (Economiste français, 10 Junho 1920). *O câmbio (circulação fiduciária)* relatório de Raphael Levy na conferência interparlamentar do comércio de 1921 (Lisboa); Alberto Xavier, *Créditos e débitos internacionais; O Empréstimo e a circulação fiduciária*. Alves Denis, *O futuro do câmbio* (Tese apresentada ao Congresso das Associações Comerciais e Industriais em Janeiro de 1924).

Adiante faremos referência a outros estudos sobre este assunto.

As teorias de Valois

No meio destas diversas correntes doutrinárias, discutíveis tanto no seu valor científico como pela sua aplicação à realidade económica, devemos salientar, dando-lhe o relêvo que merecem, as doutrinas de Georges Valois ¹.

Trata-se de um economista novo mas cujo nome atravessou já as fronteiras francesas, conquistando a reputação das suas grandes e gloriosas figuras. Pertencendo ao grupo realista da *Action Française* ², jornal de que é cronista económico e financeiro, Valois tem uma obra pequena mas do mais alto interêsse pela sua originalidade e por vezes até pela sua luminosidade. Ele é o filósofo do *L'homme qui vient*, do *Le Père*, do *Le cheval de Troie*; o doutrinário do *La Réforme économique et financière* e de *L'Économie Nouvelle*; o articulista admirável do jornal de Daudet e finalmente o economista a quem a questão alarmante da alta dos preços e da vida cara provoca um interessante estudo que marca, já no título, tóda a sua orientação (*La monnaie saine tuera la vie chère*).

Mas é pròpriamente em *L'Économie Nouvelle* que Valois apresenta o seu corpo de doutrinas nos termos que tentaremos expor.

Depois de atacar as concepções de Marx e a sua pretensa luta das classes, refutando-as em absoluto, expõe Valois o seu critério qual o de admitir que as lutas que caracterizam o século XX são *lutas de partidos e não lutas de classe*.

Dominado, no entretanto, pelos princípios políticos da *Action Française*, Valois aceita a precedência dêstes à renovação económica.

As doutrinas da escola liberal merecem-lhe larga crítica o que igualmente sucede, em muitos pontos, com as da economia socialista, procurando assim preparar o terreno para lançar as bases daquilo a que ele chama — *Economia realista* ³.

¹ V. de Georges Valois, *L'homme qui vient*. Philosophie de l'autorité (couronnée par l'Académie française); *La monarchie et la classe ouvrière* (La Révolution sociale ou le Roi. Les résultats d'une enquête. Nouvelle édition augmentée d'une préface inédite. *Les enseignements de cinq ans*: 1909-1914; *Le Père*: Philosophie de la famille; *Le cheval de Troie*. Réflexions sur la philosophie et sur la conduite de la guerre; *La Réforme économique et sociale*; *La monnaie saine tuera la vie chère*; *L'Économie Nouvelle*; crónicas na *Action Française*.

² Referindo-me ao grupo dos *Camelots du Roi*, devo acentuar que é na realidade notável a obra de alta cultura por êle realizada nos últimos anos. São bastante discutíveis e por vezes odiosas as ideas políticas, económicas ou sociais aí defendidas: mas é forçoso registar que ela representa um aspecto interessante do pensamento francês contemporâneo, sobretudo por virtude das obras do trio consagrado: — Daudet, Maurras e Valois.

³ Como bases da sua *economia realista* apresenta G. Valois os seguintes princípios económicos:

Como a generalidade dos economistas, Valois liga a importância devida à idea do valor, apresentando sobre êle o seu conceito.

A criação económica tem por fim dar o *valor* aos seres e às cousas dos meios naturais, isto é, juntá-las, recolhê-las, transformá-las e transportá-las de tal sorte que possa o homem utilizar-se delas para a sua conservação.

E como os meios naturais não fornecem nada, além do ar, que independentemente de um esforço humano seja utilizável, entende Valois que *o valor só resulta da incorporação dum esforço humano aos seres e às cousas*, o que o leva a admitir que pode haver trabalho sem valor, mas não pode haver valor sem trabalho.

O valor dos seres e das cousas resulta portanto: *a)* da sua utilização possível pelo homem num dado meio oficial; *b)* de todos os esforços humanos aí incorporados. E está na razão inversa do poder das instituições políticas e sociais.

E, como corolário, admite que os preços exprimindo o valor das cousas nas sociedades, são função de três termos que explicam a sua variação:

a) Pelo valor de utilização, variável segundo o carácter da produção ou segundo as mudanças que se podem produzir nos meios naturais (frio ou calor excessivo, inundações, etc.);

1.º — A conservação do homem só é possível por um esforço intelectual e muscular que é o trabalho.

2.º — Sendo o trabalho o resultado de um esforço máximo e estando o homem sujeito à lei do menor esforço, o trabalho constitui um facto social hierarquizado e produz a *contrainte* dum homem sobre o outro.

3.º — As condições políticas e sociais necessárias à execução do trabalho realizam-se na família humana que contém em germe tôdas as instituições das sociedades civilizadas.

4.º — A desigualdade dos recursos dos meios naturais, por um lado, a lei do menor esforço por outro, conduzem o homem à guerra. A criação económica e seus progressos estão estreitamente ligados à guerra e necessitam nas sociedades humanas de um poder que esteja a um tempo apto a fazer e a impedir a guerra.

5.º — Sendo a existência do Estado uma das condições essenciais da criação económica, a forma de Estado deve ser tal, que permita aos cidadãos dedicarem-se inteiramente ao trabalho. A forma democrática é a que protege menos o trabalho, a forma aristocrática é a melhor mas deita na colectividade os germes da guerra civil; a forma monárquica é de todas a melhor sob o ponto de vista estritamente económico.

6.º — A lei do menor esforço que arrasta os homens à guerra, num estado da natureza ou num estado social fraco, leva-os a um esforço máximo e a um contínuo progresso técnico, num estado social bem organizado. O conhecimento desta lei é de uma importância considerável na organização das nações. Conforme ela é aceite ou repelida adquirem as sociedades a prosperidade ou a decadência.

A índole dêste trabalho não permite que examinemos cada um dêstes princípios — o que esperamos fazer oportunamente, visto de alguns dêles discordarmos em absoluto.

b) Pela qualidade ou quantidade de esforços humanos necessários à produção ou ao transporte que fazem variar os progressos ou as regressões da técnica assim como as mudanças dos meios naturais.

c) Pela aptidão mais ou menos grande do Estado e das instituições sociais em promover a produção e dar-lhe segurança; pelo preço mais ou menos elevado do funcionamento do Estado.

Estudando as condições gerais da produção, Valois discorda do critério clássico de considerar como seus principais factores — a terra, o capital e o trabalho. Parece-lhe que os factores da produção, são mais complexos pois ela é o resultado duma colaboração *hierarquizada* cujos factores são muito numerosos.

Em primeiro lugar, a *concepção* da empresa pela qual um indivíduo concebe uma utilização do esforço humano, seu modo de realização e seu rendimento. Em segundo lugar, o ordenamento necessário para a realização da concepção e sua manutenção; em terceiro lugar o *interêsse pessoal* absolutamente preciso para a organização e direcção da empresa; em quarto lugar a *função técnica*, isto é, a escolha dos meios e processos de trabalho e de homens especializados; em quinto lugar a *mão de obra* subordinada aos factores precedentes e recebendo o salário respectivo; e finalmente em sexto lugar o *capital* cujo papel é passivo na criação económica sendo sempre remunerado segundo os outros factores da produção.

É dentro dêste critério que Valois considera o fenómeno do preço e as suas variações.

Como elemento importante, influindo na alta, Valois, considera de um modo geral, as despesas públicas e que são pagas pelas empresas sob a forma de imposto, o que o leva a definir êste como sendo a remuneração dos esforços humanos que asseguram o serviço do Estado que permite a criação económica. E tira daí o corolário que defende — a má gerência do Estado influirá perniciosamente nos preços.

As retribuições do capital nas empresas têm de ser também consideradas, embora Valois as considere como remuneração dos esforços anteriores que têm sido economizados por outros. Além disso, é necessário também atender às remunerações dos esforços intelectuais da concepção, modo de criação e modo de organização da empresa.

Como *remunerações fixas* que influem na variação dos preços apresenta Valois a do pessoal que dirige, disciplina, coordena e economiza numa empresa os esforços humanos; a do pessoal técnico, proporcional não à duração do trabalho efectuado, mas à duração e à qualidade dos esforços empregados na aquisição da técnica e às maiores ou menores aptidões de cada um na utilização dessa técnica; a da mão de obra proporcional à duração do

trabalho, à habilidade profissional, às qualidades intelectuais e físicas, graças às quais o trabalhador compreende e realiza mais ou menos rapidamente as instruções que recebe para a execução do labor. A mão de obra é remunerada atendendo-se também ao custo da vida proletária pela fixação dos orçamentos operários¹.

Valois considera já esta questão dentro do critério em que ela deve ser considerada, isto é, não como um simples fenómeno económico mas a síntese de fenómenos de diversa natureza. Preocupa-o justamente o aspecto económico, mas não se esquece de considerar os lados políticos e financeiros embora ao examiná-los tenha, em nosso entender, uma visão parcial e por vezes errónea.

É, por exemplo, bastante discutível e estudaremos adiante esta questão se a simples forma política influi decisivamente nos preços ou se mais pròpriamente o que nêles influi é a má política ou melhor, a acção dos maus políticos. Sob êste ponto de vista, não considerou Valois, conexas com a questão política, a questão administrativa pois dela dependem as normas de abastecimento, fundamentais na análise dos preços.

Na parte em que procurou ocupar-se do aspecto financeiro, também nos parece que foi Valois bastante deficiente, pois é espantoso que na *Économie Nouvelle* a situação da moeda não lhe merecesse a mais pequena referênciã nas suas relações com os preços; é certo que, posteriormente Valois reparou essa omissão dando a um novo estudo sôbre a questão o sugestivo título de *La monnaie saine tuerà la vie chère*.

Será realmente assim? Veremos adiante que é bastante relativo o valor desta afirmação.

Ainda sob o ponto de vista financeiro, considera Valois a influência do imposto incorporado nos preços e com que o Estado procura ressarcir-se das suas despesas públicas.

É uma questão capital no exame financeiro da questão da alta dos preços. Quere-nos, porém, parecer que Valois poderia bem dar a esta questão uma generalização admissível, estudando-a nos seus diversos aspectos, sob as rubricas da questão orçamental e do sistema tributário.

Não examinaremos aqui a parte económica da teoria de Valois por isso que isto nos levaria a discutir a sua concepção do valor visto que com ela não concordamos.

Temos uma maneira diferente de encarar o problema e conhecendo-a, o leitor verá que não podemos participar, em absoluto, das ideas de Valois.

¹ Não apresentamos ao leitor mais teorias de economistas sôbre êste assunto porque a natureza dêste trabalho o não permite e ainda por nos parecer que os autores mencionados traduzem bem as diversas correntes doutrinárias do debate científico desta questão.

O nosso ponto de vista. — A concepção-síntese do preço

Não obstante o seu relativo valor científico, as diversas concepções doutrinárias que atrás deixámos examinadas não conseguem, em nosso entender, estabelecer uma justa causalidade sobre os fenómenos da elevação dos preços. A umas, falta-lhes a confirmação da realidade económica; a outras uma análise precisa do mecanismo dos preços na actualidade, bastante diverso, porventura bem mais complexo, que outrora; finalmente pecam outros por uma visão parcial dos fenómenos.

Afastemo-nos pois destas diversas correntes doutrinárias e consideremos os factos na sua palpável realidade.

É fácil verificar, examinando a dinâmica dos mercados, que as oscilações dos preços se dão por causas bastante complexas e por vezes difíceis de atingir. Em determinados casos, a lei da oferta e da procura, influirá exclusivamente, mas casos haverá em que nem essa lei nem qualquer outra regulará em absoluto as transacções de compra e venda. A uma grande agitação económica corresponderá inevitavelmente uma subida de preços: ¿mas quantas vezes, sendo normal à situação económica, os preços sobem por causas de ordem financeira?

Em outras ocasiões, apresenta a dinâmica do mercado, outro aspecto bastante singular. O progresso económico é um facto; a vida financeira caminha para um possível desafogo: mas eis que um movimento político ou uma grande agitação social altera repentinamente as cotações do mercado: a alta não tarda a manifestar-se e nenhum factor económico a contraria.

Há, portanto, entre as causas que concorrem para fazer subir os preços, factores de ordem económica, financeira, política e social, aos quais bem se podem juntar, pela sua decisiva influência, certos elementos de ordem moral.

Desta forma, o preço deixa de ser um fenómeno sujeito exclusivamente ao império das leis económicas para ser considerado, em síntese, a resultante de variações de diversa ordem — económicas, financeiras, políticas, sociais, morais — que nêle directamente influem.

Sob este ponto de vista, pode-se dizer que a alta do preço é, por assim dizer, o sintoma geral da situação patológica de um país. Especialmente as suas relações com a higidez dos principais órgãos da vida económica é manifesta.

Dentro de certos limites, pode-se bem afirmar que a um estado florescente da agricultura corresponde, sobretudo em países essencialmente agrícolas, uma baixa geral dos preços e reciprocamente a decadência agrícola arrasta um movimento pronunciado para a alta.

Valorizada a Indústria a situação dos preços caminha para a normalidade, mas aqueles países em que o atraso industrial é uma desoladora realidade verificarão somente uma acentuada tendência nos preços para a sua elevação.

Quási tão importante como estes dois factores é a situação geral do Comércio. Com uma larga expansão mercantil interna e externa os preços baixam; com um comércio reduzido e atrofiado os preços sobem. Juntemos a estes factores o estado das vias de comunicação que conforme bem ou mal desenvolvidas influirão importantemente nos preços.

Podemos, desde logo, concluir que naqueles países em que a decadência agrícola é um facto, o atraso industrial uma realidade e manifesta a atrofia mercantil, para mais servida por uma péssima rede de vias de comunicação — tais países, mórbidos nas vísceras capitais do seu organismo económico, verão subir os seus preços numa verdadeira vertigem, como um indivíduo que em oscilações febris cada vez mais altas tivesse a confirmação desagradável do estado patológico das suas vísceras orgânicas.

Se os câmbios representam o barómetro da situação financeira de um país, os preços são mais completamente como que os registadores sintéticos do estado geral desse país.

A interessante tese de Valois — *La monnaie saine tuera la vie chère* — é apenas parcialmente verdadeira, porque à solução financeira há que juntar a normalização económica, o bom mecanismo político, a tranqüilidade social e até porventura uma boa posição internacional.

•

Não tentemos, inútilmente, largas dissertações teóricas sobre este aspecto da questão. Dentro das modernas correntes científicas que exigem à literatura económica o sentido das realidades, vejamos o que nos dizem os factos que se desenrolam à superfície do Universo.

É no entretanto preciso desde já esclarecer que não procuraremos demonstrar cabalmente esta tese por meio de verificações estatísticas.

Consideramos, no mecanismo do preço, o jôgo das diversas forças económicas que nêle actuam; mas porque não está nos limites teóricos determinar qual delas exerce uma maior acção, não poderemos também confirmar sempre por prova estatística a relação de dependência entre determinada força e o movimento dos preços no país em que ela actua. À situação florescente da sua agricultura devem certamente o Brasil, a Argentina e a Índia grandemente as tendências gerais para a sua baixa de preços; mas não nos esqueçamos que na Alemanha, em 1923, apesar de ter um exce-

lente ano agrícola os preços sobem vertiginosamente porque nêles influem as fôrças, essencialmente ruínas, das suas finanças públicas.

É pois extremamente complexa a mecânica dos preços. Em cada expressão de valor de um determinado produto é mister considerar um conjunto de fôrças de carácter económico que nêle actuam; mas além destas fôrças há outras de natureza financeira, política, social, moral e só a detida análise de tôdas elas nos permitirá dizer qual a que domina os preços, em um certo país, pela sua intensidade.

Considerados assim complexivamente os preços altos explicam o fenómeno da carestia da vida quando, em razão inversamente proporcional, diminui o poder de compra do consumidor pois como já tivemos ocasião de ver o aumento do custo de vida é uma consequência da diminuição dêsse poder de compra.

O fenómeno da restrição do poder de compra do consumidor é por consequência de uma importância capital. As causas que geram êste fenómeno vão também por sua vez complexas mas entre elas avulta a do aumento do custo da produção e a desvalorização da moeda.

Em quási todos os países europeus o custo da produção aumentou consideravelmente a partir da guerra, não só pela deficiência das matérias primas e pelo aumento dos salários mas também pela participação que as emprêsas industriais, comerciais e de transporte tiveram de tomar, pela via dos impostos, no colossal aumento dos encargos públicos dos diversos Estados. É talvez a França o país que mais duramente vem sofrendo êsse onus ao qual um economista daquele país se refere nos seguintes termos: «Em 1914 quando nós fazíamos uma compra de um franco pagavamos, ao máximo, 10% para as despesas públicas; nós recebíamos por tanto um objecto no qual estavam incorporados ao menos oitenta cêntimos de trabalho e de invenção. Em 1919, para a mesma compra, nós pagavamos 25 a 30% para as despesas públicas e o nosso poder de compra diminuía nessa proporção. Nós pagavamos assim dia a dia as despesas da guerra. Cada vez que comprávamos uma libra de manteiga davamos 25 a 30% a mais do que o valor da manteiga para pagar os tiros de canhão e de metralha. Pagamos o esforço despendido na guerra, esforço que se fêz em fumo, é certo, mas graças ao qual ainda podemos barrar o nosso pão com um pouco de manteiga francesa. E pagamos com os bens que foram destruídos pela guerra no nosso solo...»

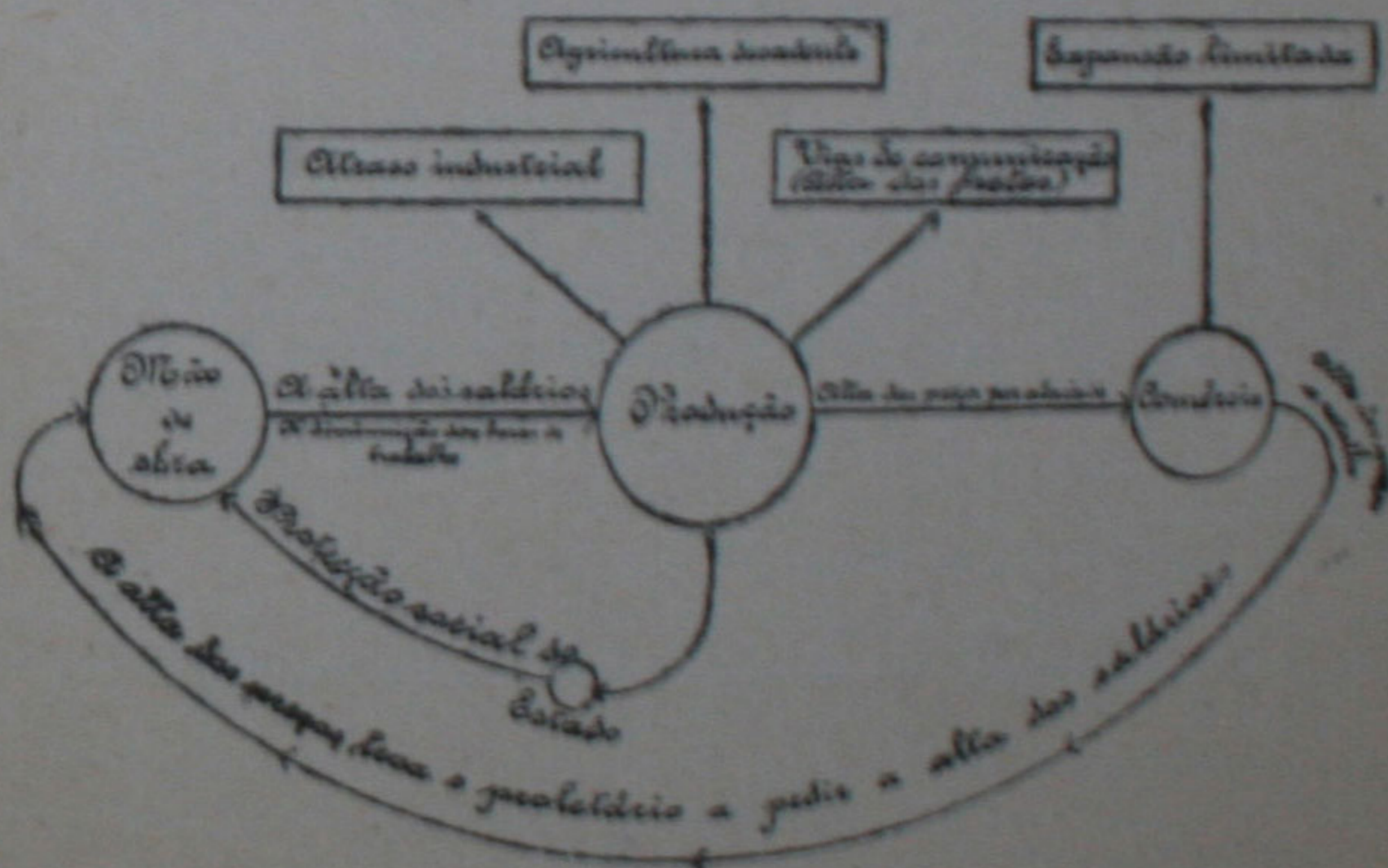
Ao lado do encargo tributário, cada vez crescente, o consumidor vê o seu poder de compra diminuído pela desvaloriza-

ção sucessiva da sua moeda, gerada pela má política financeira da inflacção fiduciária. Os aumentos de circulação de papel moeda provocam indirectamente, tôdas as estatísticas o demonstram, um automático aumento de prêços.

A estes factores tem de juntar-se a elevação dos salários exigida pelos operários que reclamando salários altos porque a vida está cara, tornam a sua própria vida ainda mais cara com a alta dos seus próprios salários...

Este último aspecto gera um verdadeiro círculo vicioso que adiante representamos grãficamente.

Círculo vicioso da carestia da vida Representação do jogo das forças geradoras da alta dos prêços



O produtor, em consequência das especiais condições em que se encontram os seus agentes, isto é, com uma indústria atrasada, uma agricultura decadente e os fretes altos por falta de vias de comunicação, vê-se forçado a produzir mau e caro — criando a alta dos preços para também corresponder à alta dos salários a que tem de fazer face. O produto por atacado é entregue assim ao comerciante que com a sua expansão limitada e em vista dos enormes encargos tributários que o oneram tem de provocar a alta dos preços dos produtos a retalho. A alta dos preços dos produtos a retalho leva o proletário a pedir a alta dos salários encarecendo a mão de obra que pede assim à produção salários altos, diminuição das horas de trabalho e a protecção social concedida por imposição do Estado.

A muita gente surpreende que nos diversos países a carestia da vida tenha tomado a sua acuidade não pròpriamente durante a guerra mas após ela.

Os que acompanham a evolução económica sabem perfeitamente como êste fenómeno se explica. Até fins de 1915 viveu-se na Europa, pode-se dizer, dos *stocks* dantes da guerra e produzidos aos preços dantes da guerra. Em 1916, começa-se a sentir as primeiras faltas de mercadorias o que obriga as fábricas a uma laboração excepcional e extraordinária, isto é, com uma mão de obra mais cara, tècnicamente menos valiosa, com maior dispêndio nas matérias primas e nos fretes. O produto industrial fica assim caríssimo e o agricultor faz face aos seus novos encargos aumentando os preços dos seus próprios produtos. Dominados pela alta dos preços dos produtos agrícolas e manufactureiros, os consumidores reagem por seu lado, reclamando a alta dos salários que é um novo gerador da alta dos preços. Para melhorarem a situação do seu funcionalismo, os Estados elevam os seus encargos e suportam-nos aumentando a sua circulação fiduciária. Novo gerador da alta.

Nesta verdadeira teia de circulos viciosos assistimos ao findar da guerra. Nesta altura a situação anuvia-se ainda mais pela consolidação dos encargos da guerra e pelos grandes desfalques que sofreu a mão de obra. Inoportunamente os congressos internacionais do trabalho votam o regime das oito horas.

E, ferida em todos os seus fundamentos, a produção assiste ainda ao ataque de duas fôrças extra-económicas que dominam os mercados.

A primeira destas fôrças é a fila dos especuladores gerada pelo comércio miliciano. A outra — e esta a mais grave — é a verdadeira desorganização da economia privada, desequilibrando os orçamentos domésticos e exigindo um consumo incomportável com as possibilidades económicas. O desabar de uma velha sociedade provocado pela guerra, facilitou na Europa a desorganização da família, a sede do luxo, do desperdício e do jogo.

Por tôda a parte, a ância dos negócios e o prazer dos gosos materiais abateu as barreiras do sentimento da economia, não se meditando sequer que as formidáveis destruições de riqueza ocasionadas pela guerra impunham necessàriamente um modo de vida mais comedido que o que se tinha em 1914!

Contra esta tendência levantou-se em Inglaterra M. George Pringle. M. A., no seu sugestivo livro *Thrift, its doctrine and practice* e em França Soreph, Éssars, Frédéric Passy e outros lançaram o alarme consubstanciado no interessante estudo de Coissac: — *Épargnons! C'est notre devoir, c'est notre interet!*

*

Pelo que fica dito, verifica-se que o chamado problema da carestia da vida não pode ter uma solução imediata e radical. Certamente uma firme política de abastecimento, auxiliada por uma limitação enérgica dos lucros ilícitos, pelo desenvolvimento do cooperativismo, dos armazéns reguladores de preços, bolsa de cotações de géneros, etc. poderá influir benèficamente nas condições internas dos mercados; mas ninguém se esqueça que a elevação dos preços, sendo um fenómeno sintético está dependente e por tal forma da situação económica, financeira, política, social e moral de uma nação que é bem lícito afirmar que a sua cabal solução está sujeita, em cada país, a uma verdadeira obra de reorganização nacional.

No seu aspecto económico, uma tal obra deverá tender a um aumento sensível de produção, por uma melhor e maior exploração agrícola, pela valorização industrial, pela expansão mercantil e por uma desenvolvida rede de transportes.

Sob o ponto de vista financeiro a política de saneamento de moeda por uma limitação gradual da circulação fiduciária e uma melhor mobilização dos valores ouro do tesouro, tem de ser acompanhada de uma redução dos encargos do Estado e uma melhor perequação dos impostos.

Esta obra económica e financeira exige uma vida política estável, sem o enfraquecimento dos poderes do Estado mas também com o respeito integral das garantias e dos direitos individuais.

Um Estado politicamente bem organizado, desafogado financeiramente e economicamente próspero, tem uma larga missão a exercer sob o ponto de vista social. Esta obra não pode apenas ser de legislação do trabalho mas tem de atingir uma finalidade mais ampla pelo exercício de uma verdadeira acção de saneamento moral. Por toda a parte há que levantar o pendão da economia privada, educando o cidadão que vive estonteado pela vertigem dos preços e dos câmbios, a tomar como limite das suas necessidades os seus próprios recursos.

*

O que atrás se disse de um modo geral e em tese é, nos seus principais aspectos, aplicável ao problema português. A carestia da vida em Portugal é uma questão de sua natureza complexa, isto é, sujeita à influência de causas diversas — económicas, financeiras, políticas, sociais e morais — exigindo por isso soluções de conjunto pela adopção de uma política nacional de abastecimento e fomento.

A necessidade de uma *política de abastecimento*, que vise a

regularizar o comércio dos géneros de 1.^a necessidade, essenciais à sustentação humana, tem de ser estabelecida imediatamente por parte do Estado a quem incumbe reorganizar, por forma a torná-los mais eficientes, os serviços comerciais do Ministério de Agricultura, transformando-os em verdadeiros árbitros da concorrência e dos preços, estudando a formação destes tanto no comércio importador e armazenista como no comércio a retalho. Ainda para facilidades de abastecimento, cumpre ao Estado conceber a possibilidade de abastecer a metrópole com produtos coloniais, como milho, açúcar, arroz, etc. estabelecendo um plano de intercâmbio económico entre a metrópole e o ultramar, e dando assim um carácter de unidade a toda a economia portuguesa.

As necessidades de abastecimento exigem também e imediatamente que se estude a questão de transporte dos géneros de 1.^a necessidade — marítimo, fluvial ou terrestre.

A situação em que se encontra em Portugal o custo da habitação, agrava enormemente a carestia de vida. Como solução imediata cumpre ao Estado estudar uma reforma da lei de inquilinato, tornando menos desvantajosos para os senhorios os arrendamentos passados e menos onerosos para os inquilinos os arrendamentos futuros, mas atendendo-se sempre às condições económicas e sociais duns e doutros.

O Estado pode e deve ainda, tendo como objectivo lançar as bases da economia privada dos portugueses, estabelecer severas proibições para a importação dos artigos de luxo e mandar reprimir enérgicamente o jogo, o alcoolismo e a prostituição clandestina.

A realização, porém, de uma imediata *política de abastecimento* não exclui, antes exige, que se inicie simultaneamente uma *larga política de fomento*, cujos principais aspectos estudaremos com desenvolvimento na segunda parte deste estudo.

A situação em que se encontra o país, esmagado por uma crise intensa e extensa, torna indispensável uma obra de depuração e transformação radical na vida social portuguesa.

A nossa situação económica é má, e são grandes, sob este ponto de vista, as transformações a fazer por meio de uma *larga política de fomento*.

O desequilíbrio da balança económica resulta do *deficite* das importações sobre as exportações e também da drenagem de ouro nacional feita em pagamento aos armadores estrangeiros, nas despesas de transporte e do juro dos capitais nacionais colocados no estrangeiro e também pelas despesas aí feitas por nacionais.

O estado em que se encontra a nossa principal riqueza — a agricultura — pesa dolorosamente na vida económica, por efeito de um conjunto de circunstâncias, que ainda não foi possível resolver. Êste problema desdobra-se em três aspectos fundamentais — o jurídico, o técnico e o económico. Sob o ponto de vista jurídico há que considerar o mau regime de propriedade — pulverizada ao norte, latifundiária ao sul — o que facilita a formação de baldios inaproveitados ao cultivo e à povoação numa extensão certamente superior a quinhentos mil hectares. Sob o ponto de vista técnico, está tudo por fazer, visto não haver propriamente entre nós educação agrícola de forma a dar ao lavrador um conhecimento exacto dos novos métodos de cultura aconselhados pela sciência agronómica com o emprêgo racional da maquinaria agrícola e dos adubos químicos ou naturais e das vantagens dos processos de hidráulica agrícola.

Sob o ponto de vista económico, a agricultura sofre, por um lado, da deficiente organização do Crédito Agrícola e por outro de uma insufficiente rede de comunicações para o transporte dos produtos.

Não é melhor a nossa situação industrial que se desenvolveu um pouco artificialmente à sombra do escudo desvalorizado e que está por isso mesmo sofrendo agora de uma crise agudíssima em face da situação criada pela brusca valorização da nossa moeda e sem estar defendida sufficientemente pela organização do crédito industrial.

O comércio interno português também se encontra em crise um pouco por efeito da situação financeira que gerou a ruína bancária e a rarefacção do numerário pelas limitações do desconto, mas também pela deficiências de transportes e pela alta dos fretes dos transportes existentes e pelas restritas condições de acesso dos nossos portos comerciais.

O nosso comércio externo padece da falta de vantajosos acordos comerciais, de uma irregular e ineficaz protecção pautal e também da má organização dos nossos serviços diplomaticos e consulares.

Pode-se dizer que somos um País sem vias de comunicação. Não temos estradas sufficientes e as que temos são intransitáveis. A nossa rede ferro-viária é deficiente na sua extensão, exploração, administração e unificação; a nossa marinha mercante não satisfaz as necessidades económicas e coloniais da Nação.

A situação financeira portuguesa influi também directamente na carestia da vida. O desequilíbrio orçamental onera gravemente as contas do Estado, a má perequação dos impostos arruína os

organismos económicos. A valorização brusca do escudo desfalcou a economia nacional, perturbou a indústria, criou a crise do trabalho, gerou a falência de importantes organismos bancários, prejudicou o nosso comércio externo e interno mas também em contra-partida, restringiu a circulação fiduciária, aumentou as disponibilidades do tesouro, reduziu o *deficit* orçamental, travou a drenagem de ouro para o estrangeiro e produziu uma relativa baixa de preços. A falta de compressão nas despesas públicas continua entretanto a agravar a situação financeira do Estado; a má política tributária de uma grande rêde de impostos lançados sem equidade e sem critério, agrava a situação financeira do cidadão.

Ninguém ignora que vivemos numa situação política difícil e confusa em que se manifesta por um lado a debilidade dos Poderes do Estado e por outro a falta de educação cívica dos indivíduos. Uma vez o Poder Legislativo absorve as atribuições dos outros poderes, outras vezes esta absorpção é feita pelo Poder Executivo. Entre êstes dois polvos o Poder Judicial parece não existir independente e autónomo, antes subordinando-se em tudo aos outros dois Poderes.

Na formação das Câmaras Legislativas, preside um verdadeiro espírito de viciação do sistema representativo, por forma a não chegar-se a fazer a selecção indispensável na escolha dos representantes da Nação que nem sempre são cidadãos da maior idoneidade moral, mental e social.

O critério da selecção invertida domina ainda, por vezes, a vida do Poder Executivo, já de si atribulada pela permanente instabilidade ministerial, fatal para os governos que tem de suportar os embates de duas fôrças dispersivas e antagónicas — a desordem revolucionária das ruas e a política obstrucionista, opressora e tanta vez inepta do Parlamento.

Uma verdadeira oligarquia de clientelas, dominando os partidos políticos, transforma-os em autênticas agências de interesses privados, sem que por um instante os preocupe o bem estar da Nação ou os interesses colectivos da Grei.

Êste estado de cousas é aliás explicável em um País onde não há pròpriamente educação cívica e em que o mais completo abstencionismo é a norma de conduta da maioria dos cidadãos.

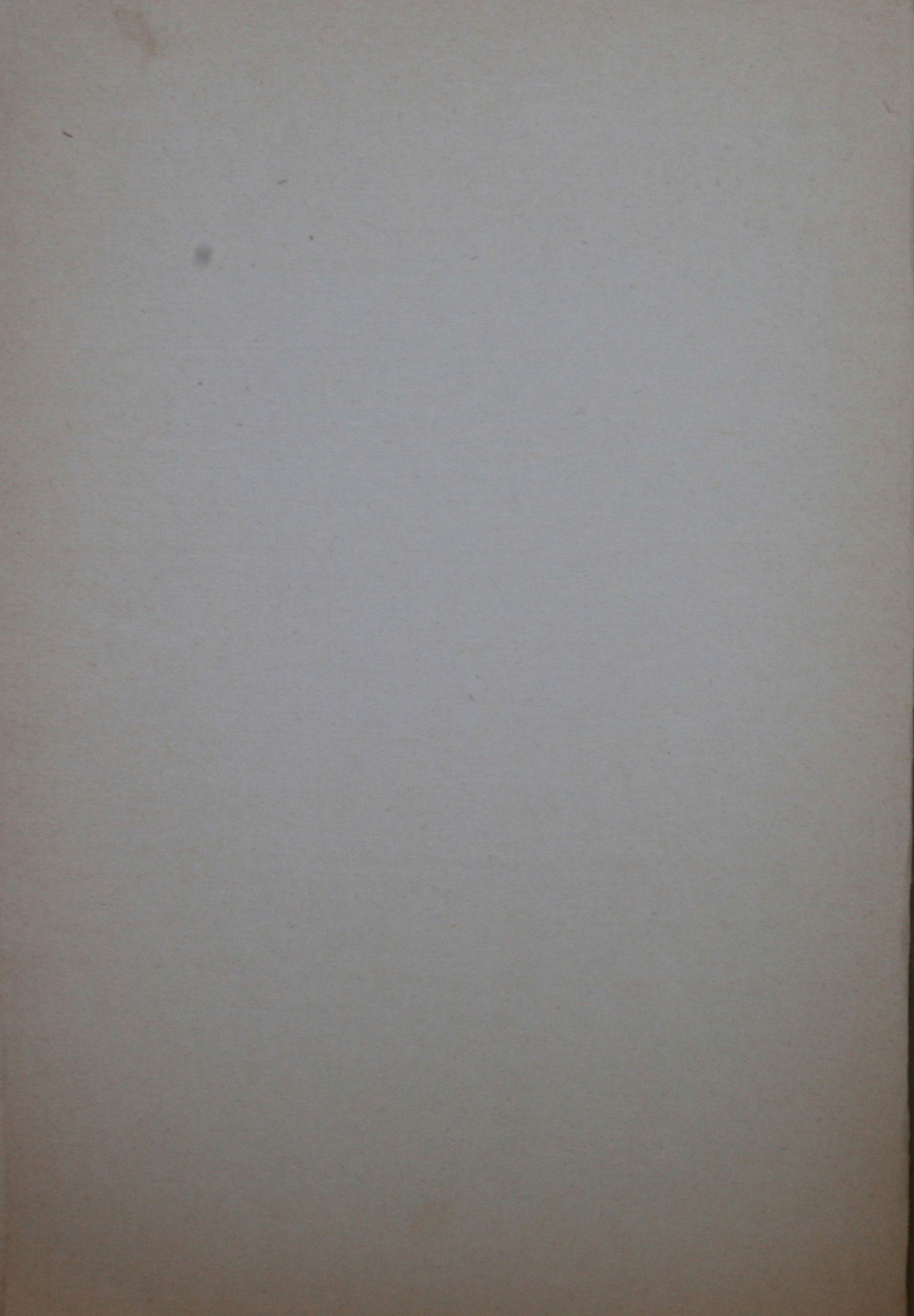
Mas mais grave que a sua situação económica, que o seu estado financeiro, que o seu problema político, apresenta-se o aspecto social e moral da Nação.

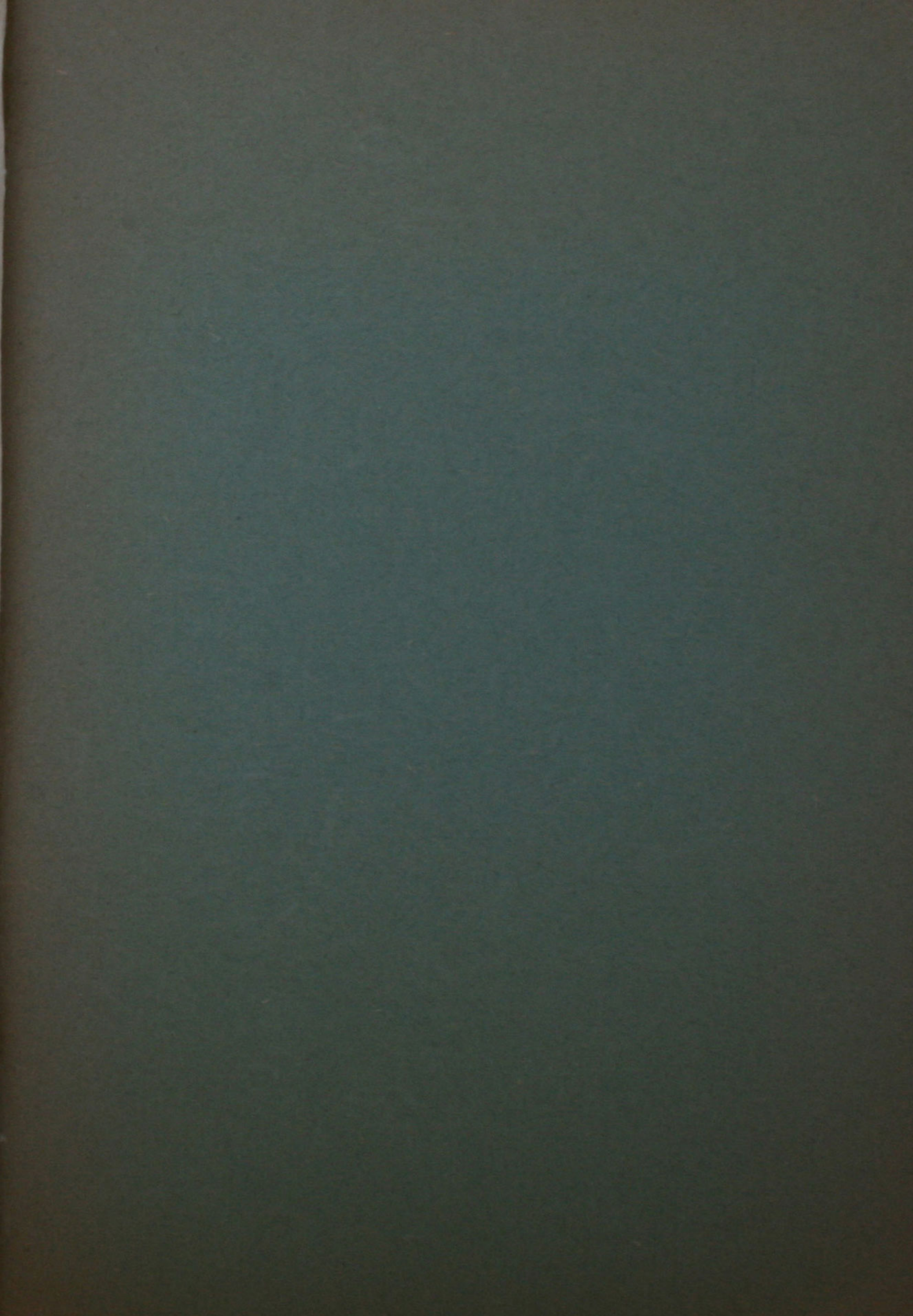
Sobre o povo português, de sua natureza tão generoso e nobre, lançam seus tentáculos as fôrças de desorganização social.

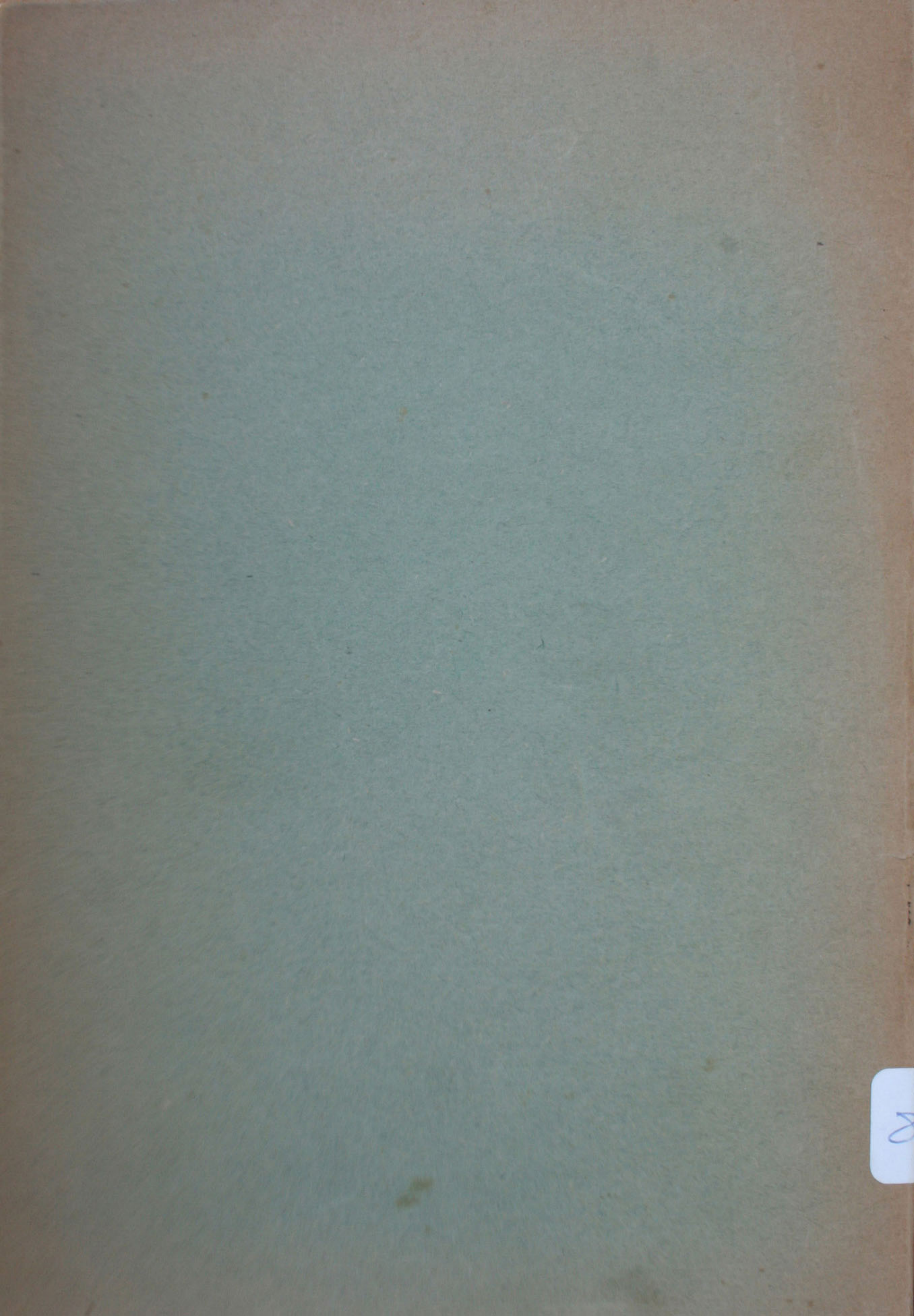
A cada passo, pressente-se a degradação física, a perversão mental, a viciação moral. A tuberculose e a sífilis alastram espantosamente; a ambição da riqueza desenvolve de um modo notável o jogo ilícito; a prostituição cresce numa vertigem; o alcoolismo é cada vez mais intenso e extenso; em muitos lares o sentimento de família é já uma ficção...

Há que dar o sinal de alarme, fazendo com que, como outro'ra ao pressentir os infiéis, toquem a rebate os sinos pelas terras de Portugal! É mister encetar por tôda a parte uma campanha em que os homens de boa fé e de boa mente se unam no decidido empenho de acudir à Nação em perigo! Para salvar Portugal não há hoje que descobrir novos mundos através dos mares ou morrer, à maneira dos cavaleiros medievais, o pó da terra nas batalhas. Há apenas que entregar os destinos da Nação a um escol de portugueses scientes, inteligentes e conscientes, de homens que tenham a mais difícil de tôdas as aptidões — que é a de dirigir outros homens.

FIM DA PARTE PRIMEIRA







2